**Aula 00 (Prof^a Marina
Beccali)**

*Conhecimentos Específicos p/ UnB
(Psicólogo Escolar) Pós-Edital*

Autor:
Marina Beccali, Renato Alonso

16 de Junho de 2020

SUMÁRIO

PÁGINA

1. Teorias da Psicologia do Desenvolvimento Humano e suas implicações educacionais: epistemologia genética de Piaget, psicologia histórico-cultural de Vigotsky, teoria da psicogênese da pessoa de Wallon, contribuições da psicanálise para a educação, princípios básicos da análise do comportamento, psicologia do desenvolvimento adulto. Processo ensino-aprendizagem; relação professor e aluno; relação entre desenvolvimento e educação; encontro entre subjetividade e educação no cotidiano da prática educativa; desenvolvimento atípico, segregação e exclusão.	02
2. Resolução de questões	56
3. Lista de questões	97
4. Gabarito	119

1 – TEORIAS DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUAS IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS: EPISTEMOLOGIA GENÉTICA DE PIAGET, PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL DE VIGOTSKY, TEORIA DA PSICOGÊNESE DA PESSOA DE WALLON, CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA A EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO, PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO ADULTO. PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM; RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO; RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO; ENCONTRO ENTRE SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO NO COTIDIANO DA PRÁTICA EDUCATIVA; DESENVOLVIMENTO ATÍPICO, SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO.

TOME NOTA!

A educação seria uma prática social humanizadora, intencional, cuja finalidade é transmitir a cultura construída historicamente pela humanidade. O homem não nasce humanizado, mas torna-se humano por seu pertencimento ao mundo histórico-social e pela incorporação desse mundo em si mesmo, processo este para o qual concorre a educação. **A historicidade e a sociabilidade são constitutivas do ser humano;** a educação é determinante. A escola pode ser considerada como uma instituição gerada pelas necessidades produzidas por sociedades que, por sua complexidade crescente, demandavam formação específica de seus membros. A escola adotou ao longo da história diversas formas, em função das necessidades a que teria que responder, tendo sido, em geral, destinada a uma parcela privilegiada da população, a quem caberia desempenhar funções específicas, articuladas aos interesses dominantes de uma dada sociedade.

A escola tem como finalidade promover a universalização do acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, criando condições para a aprendizagem e para o desenvolvimento de todos os membros da sociedade.

A história da Psicologia Escolar no Brasil pode ser identificada desde os tempos coloniais, quando preocupações com a educação e a pedagogia traziam em seu bojo elaborações sobre o fenômeno psicológico.

No século XIX, idéias psicológicas articuladas à educação foram também produzidas no interior de outras áreas de conhecimento, embora de maneira mais institucionalizada. **No campo da pedagogia, escolas normais (criadas a partir da década de 1830) foram espaços de discussão, ainda que incipientes e pouco sistemáticos, sobre a criança e seu processo educativo,** incluindo temas como aprendizagem, desenvolvimento, ensino e outros.

Deve-se destacar a **Reforma Benjamin Constant, de 1890, que transformou a disciplina filosofia em psicologia e lógica,** que, por desdobramento, gerou mais tarde a disciplina pedagogia e psicologia para o ensino normal. Os anos finais do século XIX e os primeiros anos do século seguinte trazem mudanças profundas na sociedade brasileira:

- fortalecimento do pensamento liberal;
- busca da "modernidade";
- luta contra a hegemonia do modelo agrário-exportador, em direção ao processo de industrialização.

A partir daí, houve a **defesa da difusão da escolaridade para a massa da população e uma maior sistematização das ideias pedagógicas,** com crescente influência dos princípios da Escola Nova. Assim, as escolas normais passaram a ser o principal centro de propagação das novas ideias, com vistas à formação dos novos professores, encarregando-se do ensino, da produção de obras e do início da preocupação com a produção de conhecimentos por meio dos **laboratórios de psicologia.**

Foi nesse quadro que ocorreu a conquista de **autonomia da psicologia como área específica de conhecimento no Brasil, deixando de ser produzida no interior de outras áreas do saber,** sendo reconhecida como ciência autônoma e dando as condições para que, por essa via, penetrassem os conhecimentos da psicologia que vinham sendo produzidos na Europa e nos Estados Unidos.

Assim, percebe-se uma **interdependência entre psicologia e educação**, sobretudo pela via da pedagogia, a partir da articulação entre saberes teóricos e prática pedagógica. Pode-se afirmar que o processo pelo qual a psicologia conquistou sua autonomia como área de saber e o incremento do debate educacional nas primeiras décadas do século XX estão intimamente relacionados, de tal maneira que é possível afirmar **que psicologia e educação são, historicamente, no Brasil, mutuamente constituintes uma da outra.**

O período seguinte, a partir da década de 1930, caracteriza-se pela consolidação da psicologia no Brasil e tem como base a estreita relação estabelecida entre essa área e a educação. Os campos de atuação da psicologia que se desenvolveram a partir dessa época, tornando-se campos tradicionais da profissão, como a **atuação clínica e a intervenção sobre a organização do trabalho**, tiveram suas raízes na educação.

Pode-se dizer que a Educação continuou sendo a base para o desenvolvimento da psicologia. Mas o **papel que a psicologia desempenhou na educação tornou-se objeto de crítica:**

TOME NOTA!

- utilização e a interpretação indiscriminadas e aligeiradas de teorias e técnicas psicológicas, como os testes (principalmente os de nível mental e de prontidão);
- responsabilização da criança e de sua família, em nome de problemas ditos de "ordem emocional", para justificar o desempenho do aluno na escola;
- redução dos processos pedagógicos aos fatores de natureza psicológica colaboraram para interpretações e práticas no mínimo equivocadas, desprezando o processo educativo como totalidade multideterminada, relegando a segundo plano, ou omitindo, fatores de natureza histórica, social, cultural, política, econômica e, sobretudo, pedagógica na determinação do processo educativo.

Esse processo culmina, em 1962, com a regulamentação da profissão de psicólogo e o estabelecimento de cursos específicos para sua formação. As ações desenvolvidas no período anterior deram as bases para os campos tradicionais de atuação da psicologia: educação, clínica e trabalho.

Com a regulamentação da profissão, o campo da educação, antes base principal para o desenvolvimento da psicologia no Brasil, torna-se secundário para os profissionais da área. Isso se revela não apenas no âmbito curricular, mas, sobretudo, na preferência de alunos e

profissionais pelos **campos da clínica e da organização do trabalho**. Esse é também um dos fatores explicativos para a adoção de uma modalidade clínico-terapêutica na ação da psicologia escolar, tendo como base o modelo médico.

A atuação do psicólogo escolar adotava um modelo cada vez mais clínico-terapêutico, agindo fora da sala de aula, focando sua atenção na dimensão individual do educando e em seus "problemas", atendendo, sobretudo, demandas específicas da escola, que encaminhava as crianças que tinham, a seu ver, "problemas de aprendizagem" ou outras manifestações consideradas como "distúrbios" inerentes ao próprio educando.

Criticava-se:

- **a utilização dos testes e a interpretação de seus resultados, que atribuía ao aluno a determinação de seus "problemas"**, desconsiderando as condições pedagógicas;
- o **encaminhamento de alunos com deficiência** que, sob a justificativa de lhes proporcionar uma "educação especial", relegava-os a condições aligeiradas de ensino e sem solução de continuidade, reforçando estigmas e preconceitos e produzindo social e pedagogicamente a deficiência intelectual;
- as interpretações e ações supostamente fundamentadas na psicologia, por educadores e psicólogos, calcadas em fatores como: atraso no desenvolvimento, distúrbios de atenção, motores ou emocionais (estes em geral relacionados estritamente às condições intrínsecas da criança ou da família).
- **Uma das consequências apontadas por essas críticas era a desconsideração dos determinantes de natureza social, cultural, econômica e, sobretudo, pedagógica; daí falar-se em reducionismo.**

Criticava-se a utilização de um modelo clínico-terapêutico na área escolar, pois este baseava-se num modelo médico, estranho às determinações pedagógicas, que **tendia a patologizar e individualizar o processo educativo**, distanciando-se da compreensão efetiva dos determinantes desse processo e desconsiderando ações então denominadas preventivas, que deveriam voltar-se para as condições mais propriamente pedagógicas, de forma a atuar mais coletivamente, com base naquilo que hoje seria denominado de **interdisciplinaridade**, com os demais profissionais da educação e da escola.

Atualmente, a prática pedagógica está **centrada nos processos de ensino e aprendizagem**, cuja finalidade é propiciar o desenvolvimento pleno do educando, em todos os aspectos que o constitui como sujeito singular e, ao mesmo tempo, pertencente ao gênero humano.

Essa concepção de educação remete ao **compromisso com a concretização de políticas públicas de educação** e comprometidas com os interesses das classes populares. Isso significa **garantir pleno acesso e condições de permanência de todos os educandos na escola**, independentemente de suas condições, cabendo à escola transformar-se para possibilitar-lhes condições efetivas de escolarização; essa questão traduz o princípio de educação inclusiva, que incorpora não só a educação de alunos com deficiência, mas todos aqueles que, por diversos motivos, são alijados da escola e de seus bens.

Deve fornecer categorias teóricas e conceitos que permitam a compreensão dos processos psicológicos que constituem o sujeito do processo educativo e são necessários para a efetivação da ação pedagógica. Deve propiciar a **compreensão do educando a partir da perspectiva de classe e em suas condições concretas de vida**, condição necessária para se construir uma prática pedagógica realmente inclusiva e transformadora.

A psicologia como um dos fundamentos do processo formativo do educador deve propiciar o reconhecimento do **educador/professor como sujeito do processo educativo**, traduzindo-se na necessidade de mudanças profundas das políticas de formação inicial e continuada desse protagonista fundamental da educação.

É preciso **superar o modelo clínico-terapêutico disfarçado e dissimulado** ainda presente na representação que o psicólogo tem de sua própria ação, entendendo que a representação e, conseqüentemente, as expectativas que os demais profissionais da educação têm da psicologia só serão superadas pela própria prática do psicólogo escolar.

No pensamento sociológico, as relações entre o processo educacional formal e a sociedade de classes é vista por várias perspectivas.

Na **concepção de Dewey** por exemplo, a educação é uma necessidade que garante a continuidade da vida humana, através da transmissão constante das experiências acumuladas pelo grupo às novas gerações, que deve cumprir a função social de produzir um ser humano “plenamente desenvolvido”. Por isso é considerado por ele uma instancia social positiva.

Dewey salienta a importância da educação que integre o desenvolvimento natural à eficiência social. Tal concepção de homem, aliada a uma concepção da educação que produz este homem, ocorreria num contexto mais amplo de definição da sociedade ideal, *a sociedade democrática*. Nesta sociedade a socialização seria o processo que expõe o indivíduo ao pensamento científico, levando-o a uma visão mais racional do mundo.

Há outros teóricos que denunciam os resultados condenáveis do processo educativo, dizendo que a **escola cumpre um papel ideologizante**, ou seja, através de uma imposição sutil, leva os educandos a adquirirem uma **visão de mundo compatível com a manutenção da sociedade de classes**; assim, ela está a serviço dos interesses dos grupos que nesta formação social monopolizam o poder econômico, social, político e cultural.

Temos também o **funcionalismo** que tem em Durkheim seu representante mais importante e o **materialismo histórico, formulado por Marx** e continuado por outros, que tem como princípio constitutivo o princípio da contradição.

Para Durkheim, à educação cabe a função de constituir um ser social solidário em cada novo indivíduo, “ não há povo em que não exista certo número de ideias, de sentimentos e de práticas que a educação deve inculcar a todas as crianças”. Para o autor, o critério para destinar um educando a uma determinado tipo de educação não é a sua origem social, mas sim as suas aptidões individuais (coerência com o seu modelo orgânico de explicação do social).

O liberalismo, que tem como corolário o individualismo, é a **doutrina na qual se encontram as raízes profundas do pensamento educacional brasileiro**. As crenças abrangidas pelo liberalismo são de que é possível criar uma sociedade de classes na qual os **indivíduos escolham voluntariamente o caminho que os leve a uma determinada posição social na vida**. No ideário liberal, o conceito de liberdade traduz-se a nível político, no conceito de democracia.

Os ideais liberais passaram aos planos educacionais (o papel que a escola desempenharia na sociedade de classes) através de projetos de instrução pública que tinham como pressuposto básico a **crença de que a igualdade de oportunidades seria promovida através da instrução pública gratuita, obrigatória e igualitária**. Ao estado caberia assumir a dívida da educação nacional controlar o ensino e instruir, garantindo a todos o direito a instrução. A educação portanto seria a grande *igualadora das condições entre os homens*, o fator neutralizador das desigualdades sociais, viabilizado pelo estado.

No pensamento dos filósofos do liberalismo a ascensão social depende única e exclusivamente das capacidades individuais, e não pode haver igualdade social entre os homens porque não existe esta igualdade a nível individual, ou seja, as desigualdades sociais num regime social liberal são imputáveis às desigualdades individuais naturais. O mito da igualdade de oportunidades, garantida pela educação financiada pelo Estado, criou raízes profundas no pensamento educacional. Esta versão da vida social encontra-se no centro das mais influentes doutrinas educacionais dos dias atuais.

Se, para Durkheim a característica fundamental das “sociedades complexas” é a solidariedade orgânica e a integração do todo social daí advinda, para Marx, estas

sociedades fundam-se numa contradição: a existência do proletariado e do capitalista, dos que produzem e dos que se apropriam do resultado da produção, cujos interesses são irreconciliáveis.

Onde regem relações de dominação a cultura não é um patrimônio comum a todos, um conjunto indiviso de normas e padrões que expressa o pensamento coletivo, mas “uma **dimensão da dominação**”. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, produzindo ideias que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época.

Neste contexto, a “**indisciplina**”, a “**desordem**” e os **conflitos sociais**, longe de serem sintomas de desorganização, crise ou anomia, são expressões inevitáveis de algo inerente ao sistema: a presença de contradições. O processo de ideologização é feito pelas instituições culturais entre as quais se encontra a escola. É graças a essa ação ideologizante que se reproduzem as relações de produção e é este o **papel dominante da educação** em uma sociedade de classes e não, como quer Durkheim, o de simplesmente introduzir os jovens no *modus vivendi* da sociedade.

A escola configura-se como um instrumento de especial importância na disseminação da ideologia dominante. Sua importância advém do fato dela atuar diariamente sobre os indivíduos, em uma idade em que estão mais “vulneráveis” às influências formadoras externas. A escola, ao mesmo tempo em que ensina técnicas e conhecimentos a partir da ótica da ideologia dominante, ensina também as regras dos bons costumes.

Além de cumprir o **papel de qualificador da mão-de-obra, na medida das necessidades do sistema** (neste papel distribuir os cidadãos pelos vários tipos de atividades produtivas existentes na sociedade, através de mecanismos nada neutros ou liberais), a escola prepara do ponto de vista de atitudes, crenças e valores, os agentes para respeitar a divisão social-técnica do trabalho e as regras da ordem estabelecida pela dominação de classe.

Os mecanismos que reproduzem este resultado são dissimulados por uma **representação ideológica universal da escola como uma instituição neutra e desprovida de ideologia.**

Todos os **conteúdos são ensinados como regras escolares**, o que equivale a dizer que todas as práticas escolares são práticas de cultuação ideológica.

PSICOLOGIA E IDEOLOGIA

A psicologia como ciência surge no mesmo contexto em que se desenvolve a relação escola – sociedade, contexto do desenvolvimento do capitalismo e da ideologia que o justifica. Com o aparecimento de novas condições de trabalho na sociedade industrial capitalista, surge também a necessidade de se construir novos tipos de recrutamento de mão-de-obra, era **preciso detectar nos indivíduos, aptidões e traços de personalidade que garantissem sua eficiência e produtividade.**

A Psicologia nasce de forma a atender essa demanda, provendo conceitos “científicos” de medidas a fim de garantir a adaptação dos indivíduos à nova ordem social. Esta “ciência”, a Psicologia, se constitui como instrumento e efeito das necessidades geradas nessa nova divisão social, que são: **selecionar, orientar, adaptar e racionalizar, com a finalidade de aumentar a produtividade.**

Binet constrói um procedimento que posteriormente se torna a principal atividade dos psicólogos durante todo o século: classificar os indivíduos, principalmente crianças em idade pré-escolar e escolar primária para justificar sua distribuição em classes sociais. Assim se constitui o **primeiro método da psicologia escolar: a psicometria.** A escala de medida da inteligência, elaborada por Binet, vem classificar as crianças do sistema escolar francês, sendo estendida posteriormente a outros países, quanto sua capacidade mental, marcando assim, o início efetivo dos programas de mensuração da capacidade intelectual em populações escolares.

Terman, em 1912, se interessou pelos primeiros estudos de Binet, aperfeiçoou o cálculo da idade mental e construiu o teste do **Quociente Intelectual (QI).** Essa foi a medida das **aptidões humanas que mais fez sucesso na história da Psicologia.**

Os testes psicológicos que surgiram depois **visam a classificação, a seleção, a mensuração da adaptabilidade ou do potencial de desajustamento dos indivíduos às diversas funções** (sua capacidade produtiva), a **explicação do insucesso escolar**, profissional e social e, acima de

tudo, a continuidade da **crença no mito da igualdade de oportunidades**; seguindo, portanto, a lógica da racionalização, enraizada na sociedade capitalista.

A explicação que estes testes oferecem para o insucesso escolar é de que a inteligência é uma “dimensão geneticamente determinada da capacidade funcional humana e, portanto, como um atributo essencialmente fixo”, segundo Hunt. Ou seja, o êxito profissional será atribuído a um QI superior.

A Psicologia, a partir de então, oferece recursos que manipulam a eficiência do sujeito no sistema social, distribui aqueles que podem ser integrados ao sistema funcional de divisão de classes e permite a identificação daqueles que ficam à margem do movimento de produção desse sistema, introduzindo medidas técnicas que irão ou reintegrar esse sujeito à ordem vigente ou segregá-los de forma que não representem impecílio para o bom funcionamento do sistema.

TOME NOTA!

Atualmente o Psicólogo Escolar é um profissional muito requisitado por educadores, equipe escolar e famílias, porém, é ainda compreendido, na maioria das vezes, como “aquele que pode tratar os alunos problemas e devolvê-los à sala de aula bem ajustados”. Essa **visão caracteriza e fundamenta a intervenção clínica**, mas que não representa o que faz um psicólogo escolar. Entre as tarefas descritas pelo CFP na resolução nº 014/00 destaco as seguintes **possibilidades de atuação do psicólogo escolar**:

- a) **aplicar conhecimentos psicológicos na escola**, concernentes ao processo ensino-aprendizagem, em análises e intervenções psicopedagógicas; referentes ao desenvolvimento humano, às relações interpessoais e à integração família-comunidade-escola, para promover o desenvolvimento integral do ser;
- b) **analisar as relações entre os diversos segmentos do sistema de ensino e sua repercussão no processo de ensino** para auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais capazes de atender às necessidades individuais.

FOCO – SABER PEDAGÓGICO

Todo fazer pedagógico precisa estar embasado em **teorias do desenvolvimento e da aprendizagem**, sendo que a prática do educador precisa estar coerente com tais teorias. Isso implica em material e atividades adequadas, clima de sala de aula, papel do professor e do aluno e concepção de ensino. Assim, o psicólogo escolar precisa estar atualizado quanto às teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, especialmente com aquelas que embasam o corpo teórico da escola em que trabalha, focalizando os processos cognitivos.

- Uma reunião inicial com a equipe pedagógica (orientadores e supervisores e direção, assim como professores) é mais que necessária. Faz-se importante deixar claro qual visão de sujeito o psicólogo tem, o que pensa acerca da aprendizagem e quais estratégias diferenciadas tem a oferecer além do esperado atendimento individual na sala do psicólogo.
- Faz-se necessário conhecer o Projeto Político Pedagógico da Escola e participar da sua atualização.
- Trabalhar junto à equipe pedagógica em espaços semanais ou quinzenais de diálogo com os professores (intervenção mediada) a fim de juntos criar novos significados as situações cotidianas de sala de aula, eliminando a possibilidade de estigmatizar os alunos com dificuldade de aprendizagem (Curonici & MacCulloch, 1999).
- Criar espaços de discussão acerca das teorias de aprendizagem em Paradas Pedagógicas, sempre vislumbrando o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e a prática pedagógica.

FOCO - O envolvimento de pais e educadores no processo de formação e educação das crianças e adolescentes:

Quando se fala em processo de formação dos alunos não se pode excluir a **participação ativa das famílias** e dos educadores. Envolver a família, co-responsável no processo de educação de seus filhos e filhas, a fim de que se possa colher dados acerca do outro sistema direto em que participa o aluno é mais que necessário (Andrada, 2003).

Possibilidade de Intervenção

- Em **entrevista com a família levantar dados acerca das seguintes questões:** autonomia X dependência; limites; autoritarismo X autoridade; relacionamento cognitivo e emocional na família, com o objetivo de resignificar os relacionamentos intra-familiar (Papp, 1992; Minuchin, 1982).
- Junto com a família, em encontros sistematizados, refletir sobre a **função da dificuldade de aprendizagem neste momento do ciclo de vida familiar** (Carter & McGoldrick, 1995), criando estratégias com pais e cuidadores que possibilitem o sucesso escolar da criança.
- **Confrontar família e professor quando necessário, criando um espaço de diálogo** franco acerca das dificuldades de todos, não só do aluno, diluindo nos sistemas a “culpa” pelo fracasso escolar. Assim, outra armadilha é enfraquecida: “a culpa sempre é da família”.
- Unir pais e professores no processo educacional das crianças em estratégias cognitivas que contem com a participação de ambas as partes.
- O Psicólogo Escolar, questionador, curioso e acima de tudo assumindo uma posição investigativa, pode criar junto à equipe uma estratégia de intervenção colaborativa, na qual todos têm influência sobre o aluno, assim como sofrem influência mutuamente (Andrada, 2005; Cironi & McCulloch, 1999).

FOCO - O esclarecimento das dimensões psicológicas implicadas no processo de ensino e aprendizagem.

O processo de ensino e aprendizagem implica em várias áreas do conhecimento humano, sendo que nenhuma área se sobrepõe a outra. A educação é um fenômeno muito complexo. Dessa forma, é preciso reconhecer que a **dificuldade de aprendizagem tem origem, causas e desenvolvimento múltiplos**, o que exige do profissional pesquisa em áreas distintas do conhecimento (Polity, 2001; Fernandez, 1990). Faz-se necessário um trabalho que considere todas as dimensões implicadas, dentre as quais a psicologia se faz presente.

Possibilidades de intervenção

- Diagnóstico e encaminhamento das crianças com suspeita de dificuldades de aprendizagem para especialistas da área.
- Acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Criação de estratégias psicopedagógicas junto à equipe escolar e professores envolvidos.
- Ouvir os professores, suas demandas e fazê-los participar em alguns dos atendimentos com as crianças, repensando novas práticas e novos olhares sobre o aluno que chama de “problema”.
- Participar das reuniões e conselhos de classe, nas quais o psicólogo poderá estabelecer novas maneiras de perceber o processo educacional dos alunos, evitando rótulos, diagnósticos imprecisos e hipóteses únicas e fechadas.

FOCO - Os sistemas de interações existentes no interior da Escola.

Os problemas de aprendizagem podem ser fruto de **falhas nas inter-relações do sistema direto do qual a criança participa**. A criança precisa ser compreendida dentro de seu sistema social de interação, como parte inseparável do seu sistema social, o qual inclui família, escola, entre outros. Dentro da escola, faz-se necessário procurar entender os problemas que a criança está apresentando relacionando-os aos diferentes sujeitos envolvidos, com o objetivo de planejar as intervenções necessárias (Del Prette, 2001; Souza, 1997).

Possibilidade de intervenção

Criar espaços para escutar as demandas dos sujeitos da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas. Faz-se necessário circular pelos corredores, estar atento aos movimentos dos sujeitos.

- Criar formas de reflexão em conjunto com todos os sujeitos (alunos, professores e especialistas) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas (Andrada, 2003).
- Faz-se necessário ouvir os alunos, o que pensam sobre sua escola e sua turma. Isso pode ser feito através de desenhos, entrevistas, ou mesmo que escrevam o que pensam, sentem, como percebem sua turma e sua escola.

Formas de atuação "tradicionais":

1. Avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares;
2. Orientação a alunos e pais;
3. Orientação profissional;
4. Orientação sexual;
5. Formação e orientação de professores;
6. Elaboração e coordenação de projetos educativos específicos (em relação, por exemplo, à violência, ao uso de drogas, à gravidez precoce, ao preconceito, entre outros);

Formas de atuação "emergentes":

1. Diagnóstico, análise e intervenção a nível institucional especialmente no que diz respeito à subjetividade social da escola visando delinear estratégias de trabalho favorecedoras das mudanças necessárias para a otimização do processo educativo;
2. Participação na construção, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da escola;
3. Participação no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e no processo de avaliação dos resultados do trabalho;
4. Contribuição para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica;
5. Coordenação de disciplinas e de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos;
6. Contribuir para a caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado;
7. Realização de pesquisas diversas com o objetivo de aprimorar o processo educativo;
8. Facilitar de forma crítica, reflexiva e criativa a implementação das políticas públicas.

TOME NOTA!

A (in)disciplina escolar na perspectiva de Piaget

A questão da indisciplina no cotidiano escolar, analisada sob a perspectiva da teoria de Piaget, leva à reflexão sobre sua concepção do desenvolvimento da moralidade. O estabelecimento de regras e a maneira como os alunos percebem essas regras está na base desta reflexão sobre a indisciplina. Assim, ao considerarmos um ato indisciplinado ou não, é preciso conhecer a natureza das regras que regem o grupo ao qual o sujeito pertence e a forma como as regras foram estabelecidas.

A partir da análise dos jogos de regras, Piaget identifica as etapas do processo de conscientização das mesmas. Na etapa da **anomia**, há a ausência de regras, por desconhecimento e pela falta de necessidade destas, pois a criança brinca para satisfazer suas necessidades motoras.

Na fase da **heteronomia**, a criança percebe a existência de regras, mas sua fonte é externa, é determinada pelo adulto, não faz parte da brincadeira. Finalmente, quando atinge a **autonomia**, a fonte de existência das regras é o próprio indivíduo na sua relação com o outro. Piaget julga que o desenvolvimento do juízo moral segue as mesmas etapas. A disciplina, portanto, pode ser analisada a partir da interação estabelecida pelo indivíduo em relação a um conjunto de regras.

A primeira moral da criança é a da obediência e o primeiro critério do bem é, durante muito tempo para os pequenos, a vontade dos pais. **A moral da primeira infância fica, com efeito, essencialmente heterônoma, isto é, dependente de uma vontade exterior, a dos seres respeitados ou dos pais.** Logo, os primeiros valores morais são moldados a partir da regra recebida; por meio do respeito unilateral, esta regra é tomada ao pé da letra e não em sua essência. A descrença na lei estabelecida pelo adulto acontece quando este diz uma coisa e faz outra.

Na fase intermediária de interiorização e generalização das regras, a criança passa a respeitar a regra em si e não às ordens do adulto. Ao atingir a próxima fase, a da **autonomia**, a criança passa a conceber o dever como sendo decorrente da reciprocidade, tornando-se capaz de uma certa reflexão, coordenando suas ações com as dos outros.

A criança pode cooperar porque não confunde mais seu ponto de vista com o dos outros; é capaz de dissociar seu ponto de vista para coordená-lo com o dos outros e, assim, as discussões tornam-se possíveis. Ao analisar uma situação sob o ponto de vista do outro, colocando-se em seu lugar, é capaz de distanciar-se de suas concepções e compreender, não necessariamente aceitando, a posição adotada pelo outro frente à situação. Surge o sentimento de respeito mútuo baseado na cooperação, na colaboração e na solidariedade.

Ou seja, aparece o sistema de coordenações sociais e individuais, produzindo uma moral de cooperação e de transição para a autonomia pessoal, em oposição à moral intuitiva de heteronomia, característica das crianças do período precedente. Com a autonomia, o indivíduo é capaz de discernir entre o certo e o errado, a partir de sua moral interna: as regras passam a serem internalizadas e sua percepção sobre o respeito a elas está regida pelos princípios de justiça característicos de sua sociedade.

A (in)disciplina escolar na perspectiva da teoria do amadurecimento de Winnicott

Na perspectiva winnicottiana, o **homem é compreendido na relação mantida com o ambiente**. A interação com o ambiente, inicialmente, é a relação do bebê com a mãe (dependência absoluta), do qual depende para constituir-se como humano. A relação com o ambiente iniciada com a mãe estende-se na relação com o meio no qual o indivíduo está inserido (dependência relativa) e isto inclui a escola como um ambiente socializador.

Segundo Winnicott, a agressividade é motilidade, é energia potencializadora da ação e da expressão da criança no mundo, de natureza inata. Winnicott afirma que o ambiente externo determina a forma como o bebê e, futuramente a criança, vai lidar com sua agressão inata, isto é, em um **ambiente facilitador**, esta agressão pode ser transformada e integrada na personalidade da criança, como uma energia que potencializará atividades no brincar, na escola e no trabalho. Já, em um ambiente no qual o bebê sofre de deprivações e ou privações, a agressão pode se reverter em violência e destrutividade.

A **deprivação** para Winnicott é a perda de condições facilitadoras do ambiente, pressupondo que a criança tenha, em algum momento, vivido em um ambiente suficientemente bom e, por algum motivo, o perdeu. A **privação** acontece quando a criança nunca possuiu um ambiente facilitador, ou seja, nunca experimentou essas condições benéficas.

A criança que sofreu de privação ou deprivação no primeiro ambiente, ao apresentar comportamentos considerados como **atos indisciplinados na escola, pode estar sinalizando um pedido de socorro, um S.O.S, na perspectiva winnicottiana**. Trata-se da tendência anti-social que não é um diagnóstico, pois pode ser encontrada em indivíduos normais, indivíduos neuróticos, indivíduos psicóticos e em qualquer faixa etária. A criança anti-social olha além, pois busca os limites na sociedade a fim de desenvolver seu crescimento emocional.

Winnicott entende que a **tendência anti-social implica esperança**, pois essa tendência "[...] caracteriza-se por um elemento nela que compele o meio ambiente a ser importante. O paciente, por meio de pulsões inconscientes, compele alguém de se encarregar, de cuidar dele" (Winnicott, 1995). **A criança pode cometer atos infracionais com o objetivo de que alguém a barre**.

Em seu artigo Moral e educação, Winnicott afirma que a criança tem a capacidade para ser educada moralmente, mas a insistência em uma organização moral imposta faz com que se perca sua criatividade. Muitas vezes, é preciso favorecer os espaços potenciais de criação para que a criança tenha a ilusão que criou a educação moral.

O espaço potencial, outro importante conceito desenvolvido por Winnicott, é um lugar que não é nem interno nem externo, é uma instância intermediária na qual o ser humano pode criar e recriar experiências a partir das oportunidades e condições ambientais suficientemente boas.

Assim, em um contexto de condições suficientemente boas, o ambiente poderá fornecer elementos para suprir ou reparar necessidades que o indivíduo tem ou teve no primeiro ambiente. Na abordagem psicanalítica de Winnicott, entendemos os **atos de indisciplina como, muitas vezes, um pedido de socorro demonstrado em uma tendência anti-social**. A escola como um ambiente suficientemente bom pode fazer uso de sua especificidade pedagógica, propiciando ao aluno espaços potenciais, nos quais ele exerça sua criatividade e, assim, utilize sua agressividade (motilidade) e atividade de maneira positiva.

A (in)disciplina escolar na perspectiva sócio-histórica de Vygotsky

Vygotsky enfatizou a importância do convívio social, afirmando que as práticas educativas, formais e informais, são meios sociais para organizar uma situação de vida, a fim de promover o desenvolvimento mental da criança.

O pressuposto básico da obra de Vygotsky é a ideia do **homem constituir-se como tal a partir da sua relação com o outro**. O outro se representa, então, pela cultura historicamente acumulada. O homem é, portanto, entendido como ser social e histórico, porém não condicionado a essa história, tendo possibilidades de transformar sua realidade.

Uma das muitas preocupações de Vygotsky foi a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, buscando entender a origem dos processos psicológicos. A diferença básica entre os estudos do autor e de outros pesquisadores dá-se, principalmente, pelo fato de, para este autor, o aprendizado estar relacionado ao desenvolvimento. Ou seja, o indivíduo, na medida em que aprende, desenvolve-se e, por meio do aprendizado, processos internos estruturam-se, em especial, o pensamento e a linguagem.

Vygotsky ressaltou a importância da linguagem como instrumento de formação do pensamento, ou seja, a linguagem age decisivamente na estrutura do pensamento e é a ferramenta básica para a construção de conhecimentos.

Em seus estudos, Vygotsky postulou a possibilidade de transformar o mundo concreto, pelo emprego de ferramentas, estabelecendo condições para mudar suas ações e transformar qualitativamente sua consciência. A consciência e as funções superiores, para este teórico sócio-histórico, têm origem no espaço externo, na relação com os objetos e com as pessoas, nas condições objetivas da vida em sociedade.

Vygotsky enfatizou o **desenvolvimento psicológico de cada sujeito como resultado do progresso geral da humanidade mediado por instrumentos desenvolvidos pelos homens**, pois, "[...] é na atividade prática, nas interações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, que se originam e se desenvolvem as funções psíquicas especificamente humanas".

A relação homem-mundo é uma relação mediada. Para Rego, com base na construção social do sujeito, as características psicológicas e socioculturais não são dadas a priori, nem fornecidas pelas pressões sociais, e sim, formam-se a partir das inúmeras e constantes interações do indivíduo com o meio.

A sociedade e o indivíduo são vistos como sistemas complexos e dinâmicos, submetidos a ininterruptos e recíprocos processos de desenvolvimento e transformação. Todavia, falar em desenvolvimento humano é falar em seu contexto cultural.

Nesta perspectiva, a **indisciplina escolar resulta de um processo compartilhado com pessoas e outros elementos da cultura na qual os sujeitos estão inseridos**. O comportamento indisciplinado dependerá, portanto, de experiências e de relações com o grupo social e a época histórica.

Entende-se a **família como primeiro contexto de socialização do indivíduo**; contudo, os traços que caracterizam a criança e o jovem ao longo de seu desenvolvimento não dependerão exclusivamente das experiências vivenciadas no interior da família, mas das inúmeras aprendizagens do indivíduo, em diferentes contextos socializados, tais como: instituições sociais, meios de comunicação e práticas sociais, entre outros instrumentos de mediação. Dessa forma, o **ato tido como disciplinado ou indisciplinado resulta das considerações do todo do contexto social e cultural**, no qual os alunos estão inseridos e por meio dos quais constroem suas relações.

Na análise histórica sobre a problemática das dificuldades de aprendizagem, a **escola se redimensiona de uma postura elitista e estereotipada a uma abertura obrigatória para todos**, o que forçou a criação de critérios seletivos e inúmeros processos adaptativos. Assim, por trás de uma filosofia de ensino para todos, estabeleceu-se uma **ideologia de segregação e de fortalecimento dos interesses das esferas sócio-políticas dominantes**. Dessa forma, o fracasso que o aluno começou a evidenciar por meio de repetências, exclusão da escola ou dificuldade na aprendizagem, refletia, na realidade, um fracasso da escola, enquanto sistema social responsável pela aquisição e transmissão do conhecimento.

Em termos históricos, a **função democrática e igualitária da escola é revista a partir dos fracassos escolares, das repetências e evasões** e das inúmeras dificuldades que os alunos apresentam. Internamente, a **instituição escolar reproduz e fortalece a divisão de classes existente na sociedade**, apresentando a escola como o local onde as práticas da classe dominante seriam ensinadas e fortalecidas.

O sistema educacional é explicado como um instrumento de transmissão ideológica, ou seja, da ideologia dominante, subjacente ao capitalismo, que teria por função levar o indivíduo a aceitar passivamente as forças de produção, organização e reprodução do sistema.

Diante de tais concepções, que direcionam teorias e pesquisas sobre o fracasso escolar, a **compreensão das dificuldades de aprendizagem se limita a uma perspectiva diagnóstica**, onde modelos ideológicos e confusões conceituais apontam para uma descrição divergente e unifatorial quando da avaliação ou intervenção nas dificuldades de aprendizagem. E, nesse sentido, corre-se o risco de explicar essas dificuldades usando-se ou **modelos dogmáticos baseados unicamente em causas sócio-econômicas ou em alternativas somáticas que privilegiam o diagnóstico e a intervenção como base de práticas unidimensionais e sem característica interdisciplinar**.

Quando se busca explicação para as dificuldades de aprendizagem nos seus inúmeros fatores determinantes (neurológicos, psicológicos, funcionais, sociais, culturais, pedagógicos, familiares, etc.) esta só tem sentido quando plenamente integrada ao processo histórico de cada indivíduo e às múltiplas interações sociais que ocorrem no contexto em que ele se insere.

Estudando as origens das dificuldades de aprendizagem, Fonseca (1995) considera a integração entre uma etiologia hereditária e neurobiológica e uma etiologia sócio-cultural dessas dificuldades. Considerando, em termos explicativos, cada um desses fatores, o autor classifica-os em fatores biológicos, fatores sociais, fatores de envolvimento e de privação cultural e fatores sócio-econômicos.

Estudos comprovam que as crianças com dificuldade de aprendizagem possuem bom potencial intelectual apesar de manifestarem problemas em algumas aquisições cognitivas, o que diferencia seus estilos e ritmos de aprendizagem, e que exigem diferentes recursos e estratégias pedagógicas que atendam às suas necessidades específicas.

Muitas crianças, nessas condições, acabam se convencendo que não aprenderão, apesar de seus esforços, e que tenderão ao fracasso escolar. Implicações no seu autoconceito e em todo o arsenal de expectativas de desenvolvimento do “eu” podem gerar desequilíbrios emocionais que afetam não só processos psicológicos básicos da aprendizagem como a personalidade global da criança.

O estudo sobre as dificuldades de aprendizagem apresenta um avanço no entendimento dos problemas apresentados pelos alunos no processo de escolarização, pois incluem, em sua gênese, os **determinantes sociais que os produzem**.

Sem a consideração do processo de ensino-aprendizagem enquanto um **processo relacional**, onde as duas partes envolvidas – quem ensina e quem aprende – influenciam-se reciprocamente e, portanto, absorvem responsabilidades mútuas, não há como buscar a compreensão do não aprender olhando apenas para aquilo que o aprendiz não tem (ou tem a mais ou a menos).

TOME NOTA!

O professor – enquanto aquele que ensina –, e o aluno – enquanto quem aprende – são pessoas que interagem. E, ao interagirem, constroem um terceiro elemento, que surge a partir dessa relação: o processo de ensino-aprendizagem. Tentativas de dissecar este processo e localizar em um componente a dificuldade ou o problema mascaram a compreensão do fenômeno real e concreto, que é relacional. **A dificuldade de aprendizagem em si, isolada no sujeito e descontextualizada da relação, não pode ser considerada como o fato real e concreto a ser trabalhado**, senão tende apenas a transformar-se em mitos, desculpas ou justificativas para fracassos outros, e não tão somente da criança.

A apropriação do sistema simbólico e da cultura vai promovendo o desenvolvimento de funções superiores da consciência. Para transformar as funções elementares do psiquismo em funções mentais superiores, o indivíduo instrumentaliza-se dos signos culturais para ir significando-se enquanto sujeito ativo, nesse processo de desenvolvimento.

No processo de apropriação de signos, uma explicação meramente adaptativa para essas transformações não sustenta a emergência concreta das dificuldades de aprendizagem, nem mesmo como um “sintoma” de que seja a aprendizagem que não vai bem.

A causa do fracasso escolar na maioria das práticas psicológicas é entendida como um problema de âmbito emocional, que se revela no início do processo de escolarização em função dos desafios apresentados nesse momento do desenvolvimento da criança. (Souza, 1997; p.28)

Ao incluir os recursos familiares como fonte de suporte na superação das dificuldades escolares das crianças, ao realizar o trabalho de ajuda desvinculado da escola, muitos estudos **recortam o meio social e privilegiam apenas a família como capaz de interagir de modo a promover, ou não, o**

sucesso ou o fracasso do aluno. Não se pode esquecer, no entanto, que o **fracasso escolar é um fenômeno multifacetado e multideterminado e na causalidade das dificuldades de aprendizagem** estão presentes, de forma incontestável, características do indivíduo e do seu meio social.

De acordo com Del Prette (1999), a atuação do psicólogo, no que se refere às questões escolares, **não pode ser reduzida a um psicologismo que isola o psiquismo de seus determinantes histórico – culturais.** Ao receber uma criança ou adolescente com queixa escolar, o psicólogo, na verdade, recebe fragmentos de uma complexa rede de relações que precisa ser analisada. Segundo a autora, as práticas psicológicas, que analisam privilegiadamente o psiquismo como aspecto central, têm favorecido a recorrência de erros decorrentes do desprezo e/ou desconhecimento de várias outros fatores – tais como os mecanismos institucionais – constitutivos de ações e reações realizadas pelas crianças.

A atuação do psicólogo escolar, junto às crianças que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem escolar, tem recebido muitas críticas, sobretudo as que afirmam ser esse tipo de **atendimento uma transposição a-crítica dos modelos da Psicologia Clínica para a educação,** culpabilizando o aluno pelo próprio fracasso e isentando os fatores intra-escolares e as questões sociais da promoção do fracasso escolar.

É possível à Psicologia Escolar encontrar uma forma de atuação na qual o psicólogo possa contribuir significativamente no atendimento psicopedagógico dos alunos sem, no entanto, deixar de oferecer um **espaço de escuta e de interlocução com os professores,** realizando o atendimento sob uma perspectiva psicológico-educativa, e considerando o professor como co-participante do trabalho junto ao aluno e, dessa forma, integrar as modalidades de atendimento psicopedagógico às modalidades de atuação que visam a promoção à saúde e ao sucesso escolar, trabalho de natureza essencialmente preventiva, em Psicologia Escolar.

As explicações e conceitos sobre as origens das dificuldades de aprendizagem, apontam para os mitos, pois que não utilizam a relação professor-aluno como foco de análise e sim o indivíduo, geralmente, o aluno. Portanto, essas concepções estão lidando com algo que não é real ou concretamente vivido enquanto um processo, e sim, com um conjunto de representações construídas culturalmente sobre a dificuldade de aprendizagem.

Quando se muda o foco de análise do indivíduo para a relação, e que se leva em conta a influência do contexto cultural, o papel do outro na relação, as representações sociais e

culturais sobre o processo de ensino e aprendizagem – não se pode mais acreditar e aceitar que as dificuldades sejam de aprendizagem.

Nas **teorias tradicionais** de orientação profissional, calcadas na ideologia liberal, é assumido que **qualquer indivíduo sempre escolhe a sua profissão**. A escolha é um fenômeno natural e ocorre a partir de características pessoais inatas ou adquiridas ao longo da vida. Nessa perspectiva, o indivíduo pode tudo: o seu lugar na sociedade (status, prestígio), a sua possibilidade de consumo e seu poder são decorrentes das escolhas (inclusive e principalmente profissionais) que realiza. Em síntese, o “indivíduo pode tudo”, a escolha sempre existe e o sujeito, independente da economia e das condições sociais que vive, sempre escolhe.

Já na **perspectiva crítica**, que denuncia que as teorias tradicionais se pautam na ideologia liberal, o indivíduo é submetido e subjugado pela estrutura da sociedade capitalista. O sujeito não tem alternativas, e a orientação profissional não tem função, uma vez que só serve para divulgar e inculcar a ideologia da classe dominante em seus orientandos. “O indivíduo não pode nada”, não escolhe nada e, o pior de tudo, nem se apercebe disso.

De acordo com a **perspectiva sócio-histórica** em educação e psicologia, os jovens superaram as visões naturalizantes de indivíduo e da sociedade. As habilidades, os interesses e as características de personalidade não foram mais percebidos como aspectos inatos, mas frutos de apropriação, singularização do vivido em seu meio. As condições econômicas e sociais, igualmente, agora não são mais entendidas como naturais e perenes, mas como construções humanas. Ou seja, **o ponto de partida para a escolha profissional é a imagem construída pela pessoa em relação à profissão**.

Os sujeitos apropriam-se dos determinantes da escolha profissional e constroem projetos. A escolha profissional deixa de ser entendida como algo que resulta de um desenvolvimento natural de ordem bio-psicológica. Significa, ao contrário do que postulam as pesquisas mais tradicionais, ruptura, conflito e dúvida, cuja resolução aponta para um projeto de intervenção no mundo e sobre si próprio. É uma **possibilidade colocada historicamente**, conseqüentemente não natural, resultado de processos contraditórios de construção.

A perspectiva crítica denuncia a ação puramente ideológica da orientação profissional tradicional. Esta intervenção tem a função de dissimulação da realidade, ao “esconder” os determinantes econômicos, políticos e sociais do fenômeno e isolar apenas o individual como essencial. Responsabiliza a pessoa pelo seu sucesso em direção à ascensão social, o que acaba por ser uma explicação e culpabilização pelo aparente “fracasso” a que a maioria está submetida.

Ajusta o indivíduo à estrutura ocupacional pré-existente, onde a lógica do lucro impera, tendo sempre como pano de fundo a questão da maior produtividade, traduzida de forma perversa por aspectos psicológicos como felicidade e realização pessoal. Enfim, à Orientação Profissional, assim como à educação, cabe a função de reproduzir a ordem social vigente sem quaisquer questionamentos.

A perspectiva liberal joga nas mãos do indivíduo toda a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso que pode alcançar. A escolha profissional é um dos mecanismos que contribui para isso, juntamente com a dedicação e esforço que despense para galgar os degraus escolares. Já na perspectiva crítica, é a estrutura da sociedade e a situação econômica do país que explica e justifica a posição do indivíduo na pirâmide social; o resto nada mais é que ideologia. O indivíduo, nessa abordagem, não é nem um pouco autônomo na definição de seu caminhar, e é entendido apenas como reflexo da sociedade.

A orientação vocacional ao usar técnicas, advindas da psicologia, que acentuam a ênfase no indivíduo, cria neste a impressão de que é ele quem decide; com isso facilita o ajustamento dele à estrutura ocupacional. Imbuído de uma ‘certeza’ de que escolheu (a partir daquilo que era possível), o indivíduo tem maiores chances de vir a ser mais produtivo. Isto é, contribuir para o aumento da mais-valia da classe dominante, que é a que detém o controle da produção. A liberdade de decidir é da classe dominante. Por isso, **a classe a que o indivíduo pertence determina a sua escolha profissional.**

O eixo do trabalho da Orientação Profissional deveria ser modificado. Ao invés de ter como preocupação central a escolha profissional dos sujeitos, deveria debruçar-se para que eles compreendessem a organização e a forma do trabalho na sociedade atual.

O trabalho proposto por Bock de Orientação Profissional deve ser desenvolvido em **15 sessões de duas horas, e o programa é dividido em três módulos.** O primeiro é denominado de “O significado

da Escolha Profissional”, o segundo de “O Trabalho” e o terceiro de “Autoconhecimento e Informação Profissional”. O primeiro módulo, O SIGNIFICADO DA ESCOLHA PROFISSIONAL, é desenvolvido em três sessões.

A primeira é dedicada à apresentação do programa, ao estabelecimento do contrato, isto é, estabelecimento de horários e dias das sessões, compromisso de participação, assinatura do termo de autorização de livre consentimento de participação na pesquisa e apresentação da situação de escolha profissional de cada participante.

A segunda sessão é dedicada à discussão de três temas: 1) mercado de trabalho; 2) a influência dos meios de comunicação de massa na escolha 3) o vestibular. A terceira sessão aprofunda as questões de gênero relacionadas à escolha profissional e a relação entre o desempenho e interesse pelas disciplinas do ensino médio com a escolha profissional. Nessa sessão, a partir desse último tema, discute-se o que significa e como se escolhe algo. São discutidos os principais mitos relacionados à escolha, a saber: a) o mito do “estalo”, idéia que se tem quando a profissão da pessoa surge do nada, como se fosse uma revelação; b) o mito da maturidade, que apregoa que, se a pessoa tem um “desenvolvimento normal”, a profissão se revela como algo natural, fruto normal desse desenvolvimento.

Ao contrário, aponta-se que a escolha profissional (como qualquer escolha que o ser humano realiza) se constitui como ruptura e sempre se apresenta como conflito. É a resolução desse conflito, por meio de reflexão dos determinantes dessa decisão que levarão à opção que necessariamente envolve um ato de coragem, perda e ganho de algo.

CRIANÇA

Desenvolvimento cognitivo

Jean Piaget (1896-1980) foi um dos grandes estudiosos do desenvolvimento cognitivo. Ele parte do pressuposto de que o **desenvolvimento mental não pode ser dissociado do crescimento físico e defende que há um paralelismo entre eles.**

A inteligência, para Piaget, modifica-se à medida que a criança se desenvolve e parte de um continuum entre reflexos biológicos, movimentos espontâneos e hábitos adquiridos, que podemos localizar na fase de bebê (no período sensório-motor), até alcançar as habilidades de realizar operações abstratas, características do período operatório formal (final da adolescência). É, portanto, um processo de conhecimento que tem como material tanto a informação do meio em que vivemos quanto o que já está registrado na nossa memória, ou seja, a inteligência se constrói a partir da interação entre o organismo e o ambiente.

Piaget descobriu que o **desenvolvimento da criança pode ser dividido em estágios mais ou menos delimitados**, de forma que um estágio anuncia o posterior, assim como é condição necessária para ele. Piaget propôs quatro estágios do desenvolvimento cognitivo:

TOME NOTA!

- (a) o sensório-motor (de 0 a 2 anos)**, em que o bebê entende o mundo a partir dos seus sentidos e das suas ações motoras;
- (b) o pré-operatório (de 2 a 6 anos)**, em que a criança passa a utilizar símbolos, classificar objetos e utilizar lógica simples;
- (c) o operatório concreto (de 7 a 11 anos)**, em que inicia o desenvolvimento de operações mentais como adição, subtração e inclusão de classes;
- (d) o operatório formal (de 12 anos em diante)**, em que o adolescente organiza ideias, eventos e objetos, imaginando e pensando dedutivamente sobre eles.

Os estágios seguem uma ordem fixa de desenvolvimento, mas as pessoas passam por eles em velocidades diferentes. A criança em idade escolar apresenta uma capacidade de raciocinar sobre o mundo de uma forma mais lógica e adulta, embora adquira a habilidade de realizar essas **operações apenas no concreto**, ou seja, vendo, pegando, experimentando. Especialmente no início deste

estágio, é imprescindível que as aprendizagens contemplem oportunidades de contar, comparar, analisar, experimentar, rever.

Lev Vygotsky (1896-1934) propôs a teoria sociocultural. Esse autor defende que só há desenvolvimento tipicamente humano se a **pessoa for exposta a uma cultura**, apropriando-se das **crenças, valores, tradições e habilidades do grupo social ao qual pertence**. Mello (2004, p. 142143) esclarece que “isso significa que a relação entre desenvolvimento e aprendizagem ganha uma nova perspectiva: não é o desenvolvimento que antecede e possibilita a aprendizagem, mas, ao contrário, é a aprendizagem que antecede, possibilita e impulsiona o desenvolvimento”.

Os adultos significativos (pessoas mais velhas que convivem diretamente com a criança e que são responsáveis pelo seu desenvolvimento, como pais e professores) ou pares (irmãos, primos, colegas de escola) mais velhos, são os que **auxiliam a criança a dirigir e organizar seu aprendizado até que ela o internalize**. Esse processo ocorre na **Zona de Desenvolvimento Proximal**, que é a lacuna entre o que a criança sabe fazer com independência e o que precisa aprender com a ajuda de alguém mais experiente. Vygotsky não descreve o desenvolvimento em fases ou estágio, mas defende uma aprendizagem que ocorre durante toda a vida, com ajudas específicas do ambiente social e cultural para desenvolvê-la (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006).

A teoria de Vygotsky traz implicações muito importantes para a educação. Assim como Piaget, Vygotsky também enfatizou a **aprendizagem ativa em vez da passiva**. Para eles, é imprescindível identificar o conhecimento que a criança possui para, a partir de então, poder avançar. Outro aspecto importante no desenvolvimento cognitivo é a **dupla função da linguagem**. Por um lado, segundo Vygotsky, ela serve de veículo para os adultos transmitirem às crianças os modelos que são culturalmente valorizados como forma de pensar e solucionar problemas; por outro, também se torna uma das ferramentas mais poderosas de adaptação intelectual dessas crianças (SHAFFER, 2005).

Considerando o desenvolvimento cognitivo, à medida que transitam pela idade escolar as crianças fazem progressos constantes nas habilidades de processar e reter informações.

Compreendem como a memória funciona e desenvolvem estratégias para utilizá-la. Desenvolvem a capacidade de atenção concentrada, focalizando no relevante e desconsiderando o irrelevante da informação. A aprendizagem da leitura e da escrita amplia o repertório funcional da criança, proporcionando o acesso às ideias e à imaginação de pessoas, lugares e tempos distantes.

Seja considerando a aprendizagem da leitura e da escrita, seja tomando a aprendizagem de conhecimentos socialmente construídos, o **sucesso do desempenho escolar está diretamente associado ao que a escola e os professores oferecem enquanto ambiente organizado** de aprendizagem para a aquisição das habilidades pertinentes a esse contexto.

A família também é um contexto de aprendizagem e exerce influência muito grande sobre a criança em idade escolar. Uma boa interação entre esses dois contextos – escola e família – pode auxiliar as famílias a desenvolverem, junto aos seus filhos, o interesse e a valorização pela escola.

Desenvolvimento emocional e social

Ao longo da idade escolar (de 6 a 11 anos), o crescimento cognitivo possibilita que as crianças desenvolvam conceitos mais elaborados sobre ela mesma, assim como **maior controle emocional.**

Nessa fase, as crianças vão se conscientizando de seus próprios sentimentos e dos sentimentos dos outros e começam a controlar melhor suas emoções em situações sociais. O **crescimento emocional se expressa em autocontrole de emoções negativas.** Os ambientes familiar e escolar são fundamentais para o desenvolvimento do controle da emoção e da autoestima (sentimentos positivos acerca das suas possibilidades, confiança em si mesmo, a maior facilidade em aceitar desafios).

Relacionar-se com pares da mesma idade cronológica é um excelente aprendizado de comportamentos pró-sociais. Adquirem **senso de identidade, habilidades de liderança, de comunicação, de cooperação e de papéis, além de regras.** É o início do afastamento dos pais, já

que o grupo de amigos abre novas perspectivas (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006). Todavia, nessa fase, a identidade de grupo tem a ver com as diferenças de gênero, que determinam o tipo de relação de amizade (meninos têm maior quantidade de amigos que as meninas) e de brincadeiras (meninos preferem brincadeiras ao ar livre, que necessitem de grande atividade física, enquanto que meninas brincam em lugares cobertos e mais próximos da casa delas).

Erik Erikson, em sua teoria do desenvolvimento psicossocial, destaca que durante o ciclo de vida o indivíduo enfrenta oito principais crises ou conflitos. Cada conflito, ou tarefa a ser vencida, surge em um momento específico, em função tanto da maturação biológica quanto das exigências sociais que o indivíduo tem que enfrentar em diferentes momentos de sua vida. Cada crise, se vencida, prepara para uma resolução satisfatória da crise seguinte (SHAFFER, 2005).

A tarefa da idade escolar seria a produtividade versus inferioridade. Neste período, a criança deve adquirir a competência de realizar as tarefas acadêmicas. Ela está sendo alfabetizada e frequentando a escola, o que propicia o convívio com pessoas que não são seus familiares e exigirá maior socialização, trabalho em conjunto, cooperatividade e outras habilidades necessárias.

Caso tenha dificuldades, o próprio grupo irá criticá-la, passando a viver a inferioridade em vez da construtividade. A postura do professor é um fator primordial, mais do que a dos pais, porque a criança precisa sentir-se competente também fora do lar, no convívio social e na aquisição das habilidades escolares. Nesta fase, o **incentivo e atenção do educador são fundamentais.** Enquanto a idade escolar é permeada por aquisições cognitivas importantes, que impulsionam o desenvolvimento psicossocial, não se observa mudanças físicas significativas. Já na adolescência, além de mudanças físicas, observamos mudanças cognitivas e psicossociais expressivas que preparam a pessoa para a autonomia e vida produtiva.

ADOLESCENTE

Desenvolvimento cognitivo

Segundo Piaget, os adolescentes chegam ao estágio mais elevado das operações mentais, que é o das **operações formais**, quando são capazes de formular pensamentos abstratos. Podem aprender álgebra e cálculo, apreciam metáforas e alegorias, pensam em termos do que poderiam ser, imaginam possibilidades, geram e testam hipóteses (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006).

Nesta fase, o **adolescente se liberta do concreto**. Seu desenvolvimento cognitivo é resultante de um desenvolvimento adequado nos estágios antecedentes, uma elaboração mais complexa das estruturas sensório-motoras e dos agrupamentos das operações concretas (DAVIS, 1982).

O adolescente, diante de um problema, é capaz de levantar todas as hipóteses possíveis e, a partir delas, tirar conclusões. Isso caracteriza o tipo de pensamento desse estágio, o hipotético-dedutivo. Seu pensamento está além das possibilidades do seu cotidiano (DAVIS, 1982). Ao final da adolescência, as estruturas cognitivas permitem que o pensamento do adolescente seja flexível, versátil e reversível, possibilitando o uso de várias operações cognitivas na resolução de problemas.

Tal capacidade de refletir livremente torna possível o estabelecimento de projetos de vida que orientam a sua ação. Todavia, até que esse tipo de pensamento lógico se estabeleça, o adolescente experimenta um **período de desequilíbrio**, que se apresenta como uma crença ilimitada na sua capacidade de alterar a realidade.

No período da adolescência, o corpo se transforma radicalmente. Há um luto do corpo e da identidade infantil para assumir outro corpo e outra identidade. Tanto os adolescentes quanto os adultos sofrem com isso, uma vez que estes, muitas vezes, não sabem como tratar e lidar com a mudança de gostos, desejos, ideias e vontades. A criança “obedece” e segue as regras, os adolescentes experimentam e testam os limites de suas opiniões. Às vezes, a intenção nem é agredir ou enfrentar o adulto, mas testar a si mesmo (“eu sou”) e a possibilidade de expressar sua identidade que ainda está em desenvolvimento (PEREIRA, 2005). Nesse sentido, a noção de pertencimento ao grupo é fundamental.

Desenvolvimento emocional e social

A adolescência é uma etapa de oportunidades e riscos. Para Erikson (1968), na adolescência a crise psicossocial enfrentada é a da identidade versus confusão de papéis. Não é mais uma criança dependente, mas ainda não é um adulto independente. Os adolescentes estão no limiar do amor, da vida profissional e da participação na sociedade adulta.

Uma necessidade dessa etapa é a **busca da própria identidade**. Para formar sua identidade, os adolescentes precisam afirmar e organizar suas habilidades, suas necessidades, seus interesses e seus desejos de modo a definir os papéis que irão desempenhar na sociedade (ERIKSON, 1968).

É um tempo de fazer escolhas, muitas delas duradouras, como a profissão e ter filhos. Todavia, sem apoio ou orientação durante essa crise, alguns desdobramentos da adolescência podem significar riscos para a saúde. O uso de drogas ou de álcool é um padrão de comportamento pouco adaptativo que pode começar como uma brincadeira ou para agradar o grupo de amigos e, depois, levar a dependência dessas substâncias.

As mudanças físicas típicas da adolescência podem incentivar a procura da companhia dos pares que estão passando pelas mesmas alterações. O grupo de amigos é uma fonte de afeição, solidariedade, compreensão e orientação moral. Mas também é um lugar de experimentação e de formação de relacionamentos íntimos, que servem de treino para a intimidade adulta. É nesses grupos que os adolescentes exercitam a amizade. É um relacionamento diferente daqueles desenvolvidos na família.

Na análise histórica sobre a problemática das dificuldades de aprendizagem, a **escola se redimensiona de uma postura elitista e estereotipada a uma abertura obrigatória para todos**, o que forçou a criação de critérios seletivos e inúmeros processos adaptativos. Assim, por trás de uma filosofia de ensino para todos, estabeleceu-se uma **ideologia de segregação e de fortalecimento dos interesses das esferas sócio-políticas dominantes**. Dessa forma, o fracasso que o aluno começou a evidenciar por meio de repetências, exclusão da escola ou dificuldade na

aprendizagem, refletia, na realidade, um fracasso da escola, enquanto sistema social responsável pela aquisição e transmissão do conhecimento.

Em termos históricos, a **função democrática e igualitária da escola é revista a partir dos fracassos escolares, das repetências e evasões** e das inúmeras dificuldades que os alunos apresentam. Internamente, a **instituição escolar reproduz e fortalece a divisão de classes existente na sociedade**, apresentando a escola como o local onde as práticas da classe dominante seriam ensinadas e fortalecidas.

O sistema educacional é explicado como um instrumento de transmissão ideológica, ou seja, da ideologia dominante, subjacente ao capitalismo, que teria por função levar o indivíduo a aceitar passivamente as forças de produção, organização e reprodução do sistema.

Diante de tais concepções, que direcionam teorias e pesquisas sobre o fracasso escolar, a **compreensão das dificuldades de aprendizagem se limita a uma perspectiva diagnóstica**, onde modelos ideológicos e confusões conceituais apontam para uma descrição divergente e unifatorial quando da avaliação ou intervenção nas dificuldades de aprendizagem. E, nesse sentido, corre-se o risco de explicar essas dificuldades usando-se ou **modelos dogmáticos baseados unicamente em causas sócio-econômicas ou em alternativas somáticas que privilegiam o diagnóstico e a intervenção como base de práticas unidimensionais e sem característica interdisciplinar**.

Quando se busca explicação para as dificuldades de aprendizagem nos seus inúmeros fatores determinantes (neurológicos, psicológicos, funcionais, sociais, culturais, pedagógicos, familiares, etc.) esta só tem sentido quando plenamente integrada ao processo histórico de cada indivíduo e às múltiplas interações sociais que ocorrem no contexto em que ele se insere.

Estudando as origens das dificuldades de aprendizagem, Fonseca (1995) considera a integração entre uma etiologia hereditária e neurobiológica e uma etiologia sócio-cultural dessas dificuldades. Considerando, em termos explicativos, cada um desses fatores, o autor classifica-os em fatores biológicos, fatores sociais, fatores de envolvimento e de privação cultural e fatores sócio-econômicos.

Estudos comprovam que as crianças com dificuldade de aprendizagem possuem bom potencial intelectual apesar de manifestarem problemas em algumas aquisições cognitivas, o que diferencia

seus estilos e ritmos de aprendizagem, e que exigem diferentes recursos e estratégias pedagógicas que atendam às suas necessidades específicas.

Muitas crianças, nessas condições, acabam se convencendo que não aprenderão, apesar de seus esforços, e que tenderão ao fracasso escolar. Implicações no seu autoconceito e em todo o arsenal de expectativas de desenvolvimento do “eu” podem gerar desequilíbrios emocionais que afetam não só processos psicológicos básicos da aprendizagem como a personalidade global da criança.

O estudo sobre as dificuldades de aprendizagem apresenta um avanço no entendimento dos problemas apresentados pelos alunos no processo de escolarização, pois incluem, em sua gênese, os **determinantes sociais que os produzem**.

Sem a consideração do processo de ensino-aprendizagem enquanto um **processo relacional**, onde as duas partes envolvidas – quem ensina e quem aprende – influenciam-se reciprocamente e, portanto, absorvem responsabilidades mútuas, não há como buscar a compreensão do não aprender olhando apenas para aquilo que o aprendiz não tem (ou tem a mais ou a menos).

TOME NOTA!

O professor – enquanto aquele que ensina –, e o aluno – enquanto quem aprende – são pessoas que interagem. E, ao interagirem, constroem um terceiro elemento, que surge a partir dessa relação: o processo de ensino-aprendizagem. Tentativas de dissecar este processo e localizar em um componente a dificuldade ou o problema mascaram a compreensão do fenômeno real e concreto, que é relacional. **A dificuldade de aprendizagem em si, isolada no sujeito e descontextualizada da relação, não pode ser considerada como o fato real e concreto a ser trabalhado**, senão tende apenas a transformar-se em mitos, desculpas ou justificativas para fracassos outros, e não tão somente da criança.

A apropriação do sistema simbólico e da cultura vai promovendo o desenvolvimento de funções superiores da consciência. Para transformar as funções elementares do psiquismo em funções mentais superiores, o indivíduo instrumentaliza-se dos signos culturais para ir significando-se enquanto sujeito ativo, nesse processo de desenvolvimento.

No processo de apropriação de signos, uma explicação meramente adaptativa para essas transformações não sustenta a emergência concreta das dificuldades de aprendizagem, nem mesmo como um “sintoma” de que seja a aprendizagem que não vai bem.

A causa do fracasso escolar na maioria das práticas psicológicas é entendida como um problema de âmbito emocional, que se revela no início do processo de escolarização em função dos desafios apresentados nesse momento do desenvolvimento da criança. (Souza, 1997; p.28)

Ao incluir os recursos familiares como fonte de suporte na superação das dificuldades escolares das crianças, ao realizar o trabalho de ajuda desvinculado da escola, muitos estudos **recortam o meio social e privilegiam apenas a família como capaz de interagir de modo a promover, ou não, o sucesso ou o fracasso do aluno**. Não se pode esquecer, no entanto, que o **fracasso escolar é um fenômeno multifacetado e multideterminado e na causalidade das dificuldades de aprendizagem** estão presentes, de forma incontestável, características do indivíduo e do seu meio social.

De acordo com Del Prette (1999), a atuação do psicólogo, no que se refere às questões escolares, **não pode ser reduzida a um psicologismo que isola o psiquismo de seus determinantes histórico – culturais**. Ao receber uma criança ou adolescente com queixa escolar, o psicólogo, na verdade, recebe fragmentos de uma complexa rede de relações que precisa ser analisada. Segundo a autora, as práticas psicológicas, que analisam privilegiadamente o psiquismo como aspecto central, têm favorecido a recorrência de erros decorrentes do desprezo e/ou desconhecimento de várias outros fatores – tais como os mecanismos institucionais – constitutivos de ações e reações realizadas pelas crianças.

A atuação do psicólogo escolar, junto às crianças que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem escolar, tem recebido muitas críticas, sobretudo as que afirmam ser esse tipo de **atendimento uma transposição a-crítica dos modelos da Psicologia Clínica para a educação**, culpabilizando o aluno pelo próprio fracasso e isentando os fatores intra-escolares e as questões sociais da promoção do fracasso escolar.

É possível à Psicologia Escolar encontrar uma forma de atuação na qual o psicólogo possa contribuir significativamente no atendimento psicopedagógico dos alunos sem, no entanto, deixar de oferecer um **espaço de escuta e de interlocução com os professores**, realizando o atendimento sob uma perspectiva psicológico-educativa, e considerando o professor como co-participante do trabalho junto ao aluno e, dessa forma, integrar as modalidades de atendimento psicopedagógico às modalidades de atuação que visam a promoção à saúde e ao sucesso escolar, trabalho de natureza essencialmente preventiva, em Psicologia Escolar.

As explicações e conceitos sobre as origens das dificuldades de aprendizagem, apontam para os mitos, pois que não utilizam a relação professor-aluno como foco de análise e sim o indivíduo, geralmente, o aluno. Portanto, essas concepções estão lidando com algo que não é real ou concretamente vivido enquanto um processo, e sim, com um conjunto de representações construídas culturalmente sobre a dificuldade de aprendizagem.

Quando se muda o foco de análise do indivíduo para a relação, e que se leva em conta a influência do contexto cultural, o papel do outro na relação, as representações sociais e culturais sobre o processo de ensino e aprendizagem – não se pode mais acreditar e aceitar que as dificuldades sejam de aprendizagem.

CONTRIBUIÇÕES DE WALLON

Wallon, analisando as origens do conhecimento na criança, apresenta duas particularidades do pensamento infantil: a ausência do pensamento reflexivo, que configura a capacidade de pensar o próprio pensamento, e a ausência de tomada de posição, que configura a capacidade de assumir um ponto de vista.

Wallon afirma que o pensamento infantil é “fluido” pelo menos sob dois aspectos: o da oscilação entre hipóteses contraditórias e o da interferência mútua entre linguagem verbal e imagem. A contradição é um princípio importante na teorização de Wallon sobre o pensamento e a linguagem na criança. Ele irá aparecer como motor de processos significativos na relação da criança com o conhecimento e é interessante que, na criança pequena, não se apresente ainda o princípio de contradição: “(...) o princípio de contradição é posterior às estruturas elementares que põem a consciência diante das representações” (Wallon, 1989, p. 95).

As “experiências lacunares” das crianças (Wallon, 1984; 1989) se completam e se ampliam com as explicações dos adultos, o que não significa que haja acordo entre estas experiências e o que ela pode recolher da ambiência ideológica. Atravessada de modo intenso pelas contradições advindas dessa dupla origem de seu conhecimento (suas experiências e o conhecimento advindo do outro), a criança se esquia e se protege do “sentimento agudo” provocado por tais contradições. Esta proteção também leva a criança a se deixar monopolizar totalmente por cada uma de suas ideias sucessivas, com exclusão das que as precediam, pois, “se não estivesse inclinada a se deixar monopolizar (...) sua confusão e, provavelmente, seu desânimo seriam grandes diante da inconciliável diversidade delas” (Wallon, 1989, p. 96).

Por um lado, a criança não toma posição, no sentido de que não assume de forma estável e coordenada um ponto de vista seu; por outro, ela se deixa monopolizar por ideias de uma forma que poderíamos chamar “absolutizante”. Esta monopolização, então, refere-se muito mais à fluidez da criança em relação aos diversos pontos de vista com que se defronta - uma espécie de proteção diante de uma dispersão ameaçadora - do que à possibilidade de assumir uma “posição” no discurso que leve em conta o “eu” - possibilidade que Wallon denomina “tomada de posição” em relação a um ponto de vista seu.

Há contradição entre as experiências pessoais e entre estas experiências e o conhecimento advindo do outro. A criança opera com imagens e palavras, mas se as imagens (de um ponto de vista perceptivo) podem advir de sua experiência pessoal, as palavras advêm, necessariamente, do outro (da cultura). A percepção, destituída do seu elemento simbólico organizador, se estabelece sem mediação. A imagem, no entanto, não se reduz à percepção: já é um construto simbólico atravessado pela linguagem - portanto, pelo outro.

Segundo Wallon, “a linguagem tem precedência sobre a realidade”: “É, inicialmente, a linguagem que contém significações mais ou menos obscuras, sobre as quais ela (a criança) precisa exercer sua sagacidade, formular hipóteses, variando-as e retificando-as segundo as circunstâncias” (Wallon, 1989, p. 96). Para Wallon, uma das características do funcionamento linguístico da criança (que não se separa do cognoscente) é a interferência mútua da linguagem e das imagens perceptivas. Não obstante, a linguagem apresenta condições próprias de existência e de desenvolvimento, que podem subsistir e funcionar mesmo quando a ideia não é capaz de evocar a palavra e nem a palavra, a ideia.

A aprendizagem da linguagem promove um tipo de funcionamento em que a linguagem se antecipa ao conhecimento e à compreensão. Para o autor, a linguagem não se reduz a uma simples coleção de etiquetas das quais a criança extrairia noções que ela já consegue conceber realmente, pois “através do vocabulário e da sintaxe, ela tem, em potencial, um mundo de relações, de afinidades ou de oposições, que precedem o momento no qual ela receberá de sua aplicação a situações ou a objetos determinados, significações precisas” (Wallon, 1989, p. 102).

A interferência mútua entre a linguagem e as imagens perceptivas acontece ao modo do conflito, configurando-se como conflito entre o sentido literal e os esquemas experimentais dos quais a criança pode dispor. Este sentido literal a criança recolhe das expressões de linguagem que ouve. Ela extrai significações destas expressões e só então as coloca em relação com as experiências de ordem experimental. Vejamos dois exemplos citados por Wallon nos quais podemos visualizar o que ele nomeia “interferência entre palavra e imagem” e, ao mesmo, tempo, o que indica como a precedência da linguagem na produção da significação. Wallon (1989) apresenta a fala de uma criança de oito anos:

“- A água se mexe. - É a corrente que faz ela mexer. - É um fio. - Um fio grande (como um fio elétrico que ela mostra). (...) - Ele viu no lugar onde a gente vê. No fundo da água. - Na fábrica. - Outros homens viram. - É um fio de barbante.” (p. 101). A criança prossegue: “- Os bondes mexem com a corrente. - É feita com um fio de ferro e barbante. - É como a corrente da casa dele para acender a luz. - A corrente da água é a mesma coisa. - O Sena é a corrente” (Wallon, 1989, p. 101).

Wallon observa que a criança recebe de seu meio uma palavra e lhe atribui uma significação calcada na imagem de objetos ou de atividades que lhe são familiares; ela interpreta o que lhe faz enigma segundo o que já pertence à sua experiência, no entanto essas imagens podem não convir. Então a criança pode estabelecer acordos que produzem efeitos barrocos ou reconhecer sua incompreensão. Neste segundo exemplo, percebe-se a criança interpretar, agrupar, modificar suas impressões perceptivas. Como observa Wallon (1989), o efeito destas operações lembra o trocadilho, o que exemplifica no diálogo com outra criança de oito anos: “- De onde vêm os pintinhos? - Vêm dos ovos. - Os ovos estão vivos? - Não. - Por que eles não estão vivos? - Porque eles

não têm olhos. - Os cegos têm olhos? - Têm, mas eles estão fechados. - Se eles não tivessem olhos, eles não estariam vivos?” (p. 100). A criança então responde: “- Estariam. (sorriso). - O que mais é preciso para estar vivo? Basta ter olhos? - É. - Quando a gente morre a gente ainda tem olhos? - Por que o corpo se abriu. - Como é isso? - Esqueceram de fechá-lo... - Como? O corpo pode abrir e fechar?” (p. 100). Observemos agora a resposta: “- Com botões. - Você tem botões? - Não (longo estremecimento como que de medo)” (p. 100).

A evocação provocada pela palavra é mais forte, prevalecendo sobre a experiência. **Wallon diz que, na criança, a coesão entre as palavras e as significações ainda é frouxa.** Assim, o que Wallon denomina “coesão frouxa” se aproxima do que Freud estabelece como a sobredeterminação própria dos mecanismos de linguagem inconscientes. Na sobredeterminação, uma imagem sustenta (agrega) várias palavras ou elementos linguísticos.

A imagem é uma espécie de constelação de signos, agrupados de modo “frouxo”. Uma palavra também pode estabelecer conexões com várias outras palavras e evocar múltiplas significações, sem que uma se sobreponha às outras. Diante da pergunta “O que as pedras fazem quando a gente as joga na água?” a criança pode estabelecer conexões entre cair na água e nadar, e assim responder: “Elas caem na água e depois elas nadam”. A criança tem condições de formular e expressar um conhecimento mais preciso sobre a pedra na água - tanto que, depois, diz: “não, elas caem no fundo da água” - mas é levada pelas associações frouxas que se criam entre cair na água e nadar.

Estes procedimentos associativos acontecem, no adulto, no espaço do sonho e da criação artística, passando por uma espécie de controle ou regulação na vida de vigília. Na criança, são procedimentos que aparecem de modo explícito, constituindo formas específicas do seu funcionamento linguístico e mental. **Wallon, diferentemente de Piaget, enfatiza o desenvolvimento infantil como um processo descontínuo e eminentemente social.** A criança irá se movimentar, buscando correspondências entre palavras e imagens, de modo a poder formular explicações plausíveis para os enigmas que tenta decifrar.

Wallon observa algo muito interessante na relação que a criança estabelece com as “origens” do seu conhecimento: ela - a criança - afirma que o conhecimento (que ela produziu) é seu e de outro (outro que aparece, regularmente, na figura do pai). A criança se mantém em contato com esta

dimensão estrangeira do saber: sabe que seu conhecimento advém de si e de outro... Concluiremos nosso recorte sobre algumas contribuições de Wallon lembrando que, para este autor, a linguagem, antes de expressar uma representação, instaura um tipo de atividade projetiva caracterizada por realizações ideomotoras (onde as imagens são projetadas em atos mentais). Se a representação está ligada ao gesto que a desencadeia, os ideomovimentos são os precursores da representação.

As condutas imitativas assumem um lugar fundamental na obra de Wallon, que demonstra como estas condutas envolvem a percepção de uma situação, a estruturação dos seus elementos sensoriais e a reconstituição do conjunto. A imitação e o simulacro (representação de um objeto na ausência deste ou de seus movimentos) antecedem a inteligência discursiva e Wallon irá afirmar que, enquanto a imitação materializa uma sucessão de atos, a representação é atemporal, autônoma e definitiva. Na imitação a predominância é do plano motor e na representação a predominância é do plano simbólico, embora os dois planos estejam sempre em relação e se apoiem mutuamente.

TEORIAS DA APRENDIZAGEM

A **Aprendizagem por Transmissão (APT)** pode associar-se às **perspectivas behavioristas ou comportamentais da aprendizagem**. O ensino por transmissão envolve exposições orais do professor, que transmite as ideias (estímulos) aos alunos, isto é, “...o professor ‘dá a lição’, imprime-a em arquivadores do conhecimentos e pede, em troca, que os alunos usem a sua atividade mental para acumular, armazenar e reproduzir informações”

Nessa lógica organizar o ensino, o **aluno tem um papel cognitivo passivo**, sendo encarado como um **mero receptáculo de informações** que, mais tarde, serão úteis para a vida. Para além do professor usar técnicas que salientem novas informações e informações mais corretas, deverá recorrer também ao **reforço**, preferencialmente a reforços diretos e imediatos, tendo em vista produzir mudanças comportamentais dos alunos e a sua estabilidade.

O **papel tutelar do professor**, que exerce autoridade face aos seus conhecimentos científicos, sobrepõe-se ao papel do aluno. Este, ao invés de aprender, e menos ainda aprender a aprender, apenas acumula saberes que deverá ser capaz de repetir fielmente.

Enfatiza-se, aqui, o papel do professor, deixando-se em **segundo plano a intervenção do aluno no seu próprio processo de aprendizagem**. Se um aluno sabe falar e escrever numa dada área, subentende-se, então, que compreendeu a matéria dessa área de conhecimento. A valorização do aluno como transformador dessa informação não aparece suficientemente representada nesta abordagem.

Nas teorias behavioristas da aprendizagem escolar, temos como objetivo principal alcançar comportamentos apropriados por parte dos alunos, basicamente entendidos como apropriação e modificação de respostas. Assim, se a resposta emitida for desejada haverá reforço, cuja natureza dependerá, necessariamente, do nível etário e do esforço dos alunos, por exemplo. Acredita-se que a ineficácia do ensino tradicional foi o fato dos professores não usarem contingências de reforço que acelerassem a aprendizagem.

Numa concepção behaviorista de aprendizagem, o **aluno é passivo, acrítico e mero reproduzidor de informação e tarefas**. O aluno não desenvolve a sua criatividade e, embora se possam respeitar os ritmos individuais, não se dá suficiente relevo à sua curiosidade e motivação intrínsecas. O aluno pode, inclusive, correr o risco de se tornar apático, porque excessivamente dependente do professor.

Por outro lado, não há preocupação em ensinar a pensar. A aula deve ser centrada no professor, que controla todo o processo, distribui as recompensas e, eventualmente, a punição. Pretende-se, acima de tudo, que haja por parte do professor uma minuciosa exatidão na determinação do que pretende ensinar, do tempo que necessita para o fazer e uma definição específica dos objetivos comportamentais que pretende obter.

A concepção de uma aprendizagem sem erros tem na abordagem skinneriana forte defesa, senão o principal apoio. O erro deve ser evitado, punido e exigida nova resposta. A avaliação, centrada nos resultados e nos objetivos não alcançados, deve permitir um *feedback* preciso do que ainda falta ensinar. Os exercícios de repetição ou de demonstrações de atividades, por vezes organizados e apresentados como se o aluno tivesse que imitar, sem grandes explicações,

preenchem largos espaços do tempo da aula. Tudo, no entanto, deve encontrar-se meteticulosamente justificado e organizado, o que aliás condiz com a tradição do *ensino programado* nas escolas, como era defendido por esta abordagem.

A teoria sócio-cognitiva de Bandura preocupa-se com a **aprendizagem que tem lugar no contexto de uma situação social** e sugere que uma parte significativa daquilo que o sujeito aprende resulta da imitação, modelagem ou aprendizagem observacional. Esta teoria representa uma teoria de aprendizagem com largas capacidades de adaptação e aplicação ao contexto escolar. Na sala de aula, a conduta do professor ou a ação de um colega podem facilmente originar uma aprendizagem modelada junto dos alunos.

Nesta perspectiva, **a aprendizagem é, essencialmente, uma atividade de processamento de informação, permitindo que condutas e eventos ambientais sejam transformados em representações simbólicas que servem como guias de ação.** Enquanto processamento de informação, a modelagem **não corresponde nem a uma simples imitação, nem a uma mera identificação do observador com o modelo.**

Embora esse processo de aprendizagem não requeira o prêmio ou o castigo, nem para o observador nem para o modelo, a teoria reconhece que estes podem melhorar a aquisição e execução da performance. Se numa **perspectiva behaviorista, o comportamento deve ser reforçado tendo em vista a sua aquisição e manutenção, na aprendizagem modelada, mesmo quando reforçadas, as aprendizagens pressupõem experiências prévias de observação.** Porém, incentivos ou antecipação dos benefícios podem influenciar o sujeito, determinando quais as condutas a observar. A expectativa de uma resposta efetiva ou de um castigo, podem favorecer, por exemplo, o nível de atenção do aprendiz na ação do modelo. A antecipação dos benefícios pode, ainda, permitir uma melhor retenção do que foi observado, dado que o sujeito fica motivado para simbolizar e ensaiar as atividades modeladas.

O modelo da Aprendizagem por Descoberta (APD) defende uma aprendizagem ativa, requerendo explorações e descobertas efetivas para o alcance de uma verdadeira compreensão. **As relações que as crianças descobrem a partir das suas próprias explorações são mais passíveis de serem utilizadas e tendem a ser melhor retidas do que os fatos meramente memorizados.** A aquisição do conhecimento é menos importante do que a aquisição da capacidade para descobrir o conhecimento de **forma autônoma.** Assim, devem os professores promover uma

aprendizagem pela descoberta por meio de atividades exploratórias por parte dos alunos. Nessa perspectiva, cabe ao professor a capacidade de lançar perguntas que despertem a curiosidade, mantenham o interesse e provoquem e desenvolvam o pensamento.

A verdadeira ênfase do aluno como construtor do seu próprio conhecimento surge com as teorias cognitivo-construtivistas da aprendizagem, que imprimem um caráter determinante às concepções prévias dos alunos. Ao contrário dos *behavioristas*, esses autores preocuparam-se com **o aprender a pensar e o aprender a aprender, e não com a obtenção de comportamentos observáveis**.

A teoria de Ausubel e cols. dá pouca atenção à aprendizagem por descoberta. Essa é importante, apenas, por ser o processo inicial de *formação de conceitos* relevantes na estrutura cognitiva. Em níveis etários baixos, a formação de conceitos é o principal processo de aquisição de saberes, sendo essencialmente um tipo de aprendizagem por descoberta envolvendo formulação e testagem de hipóteses.

Duas dimensões do processo de aprendizagem, relativamente independentes, são importantes na **teoria de assimilação** de Ausubel:

- (i) o modo como o conhecimento a ser aprendido é tornado disponível ao aluno (por recepção ou por descoberta); e
- (ii) o modo como os alunos incorporam essa informação nas suas estruturas cognitivas já existentes (mecânica ou significativa).

Há quatro tipos básicos de aprendizagem por *recepção mecânica*, por *recepção significativa*, por *descoberta mecânica* e por *descoberta significativa*. **Numa primeira fase, a informação torna-se disponível ao aluno numa aprendizagem por recepção e/ou por descoberta**. Numa segunda fase, se o aprendiz tenta reter a informação nova, relacionando-a ao que já sabe, ocorre *aprendizagem significativa*, se o aluno tenta meramente memorizar a informação nova, ocorre *aprendizagem mecânica*.

Embora referindo estes quatro tipos de aprendizagem, na teoria de Ausubel a ênfase é colocada na **aprendizagem significativa, ou seja, um processo no qual uma nova informação é relacionada a um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo**. A *aprendizagem significativa* só ocorre quando o novo material, que apresenta uma estrutura lógica, interage com conceitos relevantes e inclusivos, claros e disponíveis na estrutura cognitiva. Quando conceitos relevantes não existem na estrutura cognitiva do sujeito, novas informações têm que ser aprendidas mecanicamente, não se relacionando a nova informação com os conceitos já existentes.

À medida que o sujeito adquire conhecimento em várias áreas de conteúdo, estas organizam-se numa estrutura cognitiva relacionada com cada área. O melhor modo de se obter nova informação, a partir da estrutura cognitiva, é assimilá-la como parte da estrutura existente por um processo de conexão. Esse processo está envolvido no relacionamento de uma idéia nova com um conceito prévio e, ao mesmo tempo, na modificação de ambos, isto é, dando significado a ambos.

Há ainda **o conceito de organizadores prévios e o seu valor para facilitar a aprendizagem**. Esses funcionam como uma ponte cognitiva já que deveriam servir de ancoradouro, na estrutura cognitiva, para o novo conhecimento. Seguindo essa perspectiva, de que os organizadores prévios são mais gerais, mais abstratos e mais inclusivos do que o material de aprendizagem subsequente, então, a nível de desenvolvimento e planificação curricular, devem ser esses elementos mais gerais a serem introduzidos em primeiro lugar, sendo o conceito progressivamente diferenciado em termos de detalhe e especificidade.

A aprendizagem passa a ser encarada como um processo interno e pessoal que implica o aluno na construção ativa do conhecimento e que progride no tempo de acordo com os interesses e capacidades de cada um.

Os modelos pedagógicos construtivistas dão especial realce às construções prévias dos alunos na medida em que filtram, escolhem, decodificam e reelaboram informação que o indivíduo recebe do meio. Por outras palavras, **o conhecimento prévio ou as concepções pré-existentes orientam os alunos na compreensão da nova informação apresentada pelos professores ou pelos manuais**. Se as concepções prévias dos alunos se articulam com a versão científica, ocorre apreensão conceptual, mas se entram em conflito com a versão científica, ocorre, então, mudança conceptual. Assim sendo, valoriza-se a atividade cognitiva do sujeito.

O papel ativo do sujeito aparece reclamado, a sua autonomia no ato de conhecer e o papel central dado à descoberta e à exploração são tidos como decisivos na aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO ATÍPICO, SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO.

Os Direitos Humanos têm como objetivo o bem comum e a paz social, sendo essenciais ao Estado Democrático de Direito. Buscando o reconhecimento dos direitos do homem por meio da educação, Paulo Freire construiu sua teoria, fundada na liberdade por intermédio da educação. Assim, a educação é compreendida como a “prática de liberdade”. Sob uma visão inicial, pode-se ter a relação direta entre educação e Direitos Humanos, posto que prescindam à sociedade, à garantia do bem-estar social e à multiculturalidade.

A escola é o primeiro lugar no qual o indivíduo se depara com representações sociais. É a partir dela que são formadas as relações interpessoais, com a interação entre todos os agentes escolares aos quais o estudante é apresentado, sob uma visão transformadora, colocando-o ciente de seu papel crítico e criativo em sociedade.

Neste sentido, apresenta-se o entendimento de Gadotti (2007, p. 12) ao referir que “a escola não é só um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política”. A escola vai além de seus muros, posto que não se trate de um espaço físico, mas da onde se produza o conhecimento e se desenvolva as relações sociais.

As primeiras práticas dos conceitos para a convivência em sociedade são vivenciados na escola. “Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade” (GADOTTI, 2007, p. 12). A participação da família no processo de ensino-aprendizagem traz a comunidade à produção do conhecimento e valores para a convivência social.

É necessário que a escola não veja o “a-luno” como um ser sem luz, como um espaço vazio, uma esponja disposta a absorver conhecimento, mas que o enxergue em sua dimensão humana, repleto de sensações e saberes cuja interação, mediada pelo professor promove o conhecimento. Assim, além do ensino científico, é necessário se trabalhar o direito de forma empírica, colocando o estudante diante do Direito e frente à realidade na qual se insere.

Ressalta-se que o **desenvolvimento cognitivo da criança é acompanhado do desenvolvimento de valores morais e éticos, o que se relaciona com os Direitos Humanos**, posto que a moralidade é o seu núcleo e “não pode ter sua validade condicionada a qualquer tipo de experiência histórica” (LUCAS, 2010, p. 43). Neste contexto tem-se a importância do professor enquanto problematizador. Ou seja, um mediador entre o conhecimento e as condicionantes sociais para a promoção do processo de ensino-aprendizagem. Trabalhar colaborativamente com todos os agentes educacionais, estando aberto a novas aprendizagens, práticas e saberes é fundamental para uma “sociedade aprendente”, na qual se busca trazer além do saber científico, o conhecimento empírico.

Professor e aluno estão em constante aprendizagem, uma vez que, segundo Paulo Freire “[...] esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago [...] para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 1997, p.32).”

Esta sociedade em constante evolução é um ambiente de permanente busca e aprendizado. A partir dela deve-se buscar uma educação problematizadora e conscientizadora, promovendo o diálogo com base nas experiências do estudante. Educar é promover um processo de compreensão, realização e construção da vida do estudante e do seu bem conviver em sociedade.

Uma educação democrática é aquela que expande o conceito de cidadania. A instituição de ensino deve ser uma “escola para todos como forma de, mesmo com as limitações imposta pela

formação social brasileira (onde a ciência era incipiente e o mundo rural ainda predominante), manter firme o ideal de democratização” (SILVA, 2018, p. 7).

A pseudo universalização ao acesso à escola não é uma democratização à educação, tampouco a segurança de uma educação para a cidadania. Educar para a democracia cidadã exige, além do convívio social e político, uma formação ética significativa. Tanto instituições quanto profissionais do ensino-educação devem estar preparados para trabalhar a sociedade moderna e democrática proporcionando “um conjunto de experiências capazes de contribuir para a reconstrução e ampliação do conhecimento” (SILVA, 2018, p. 8).

A reflexão sobre os Direitos Humanos busca a construção da tolerância e da paz, visando “o fortalecimento do ser humano, individual e coletivamente – o que inclui, [...] a capacidade de se indignar e de resistir contra injustiças” (FISCHMANN, 2001, p. 74).

Ao estudar a essência dos Direitos Humanos o estudante toma consciência da importância de seu papel enquanto cidadão atuante em e para uma sociedade igualitária e humanista. Nota-se que "o 'empoderamento' do sujeito de direitos e a formação cidadã são eixos estratégicos da educação em Direitos Humanos como forma orientadora de atores individuais e coletivos" (PELLEGRINELLI, 2017, p. 59).

A educação social, com o trabalho dos Direitos Humanos no processo educativo tem o condão de quebrar paradigmas e promover um maior envolvimento de cada estudante junto à sociedade civil.

Para uma educação democrática é necessário que se compreenda a escola como um projeto **multidisciplinar**. Se faz necessária a construção de um projeto pedagógico com a participação comunitária, onde o respeito aos direitos humanos olhem o estudante como “um ser da intervenção

no mundo [...] e por isso mesmo deve deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de puro objeto”
(FREIRE, 2000, p.119).

Uma escola cidadã é aquela que “ao pensar o seu projeto e o seu currículo, trabalhe antes de tudo as relações pessoais e interpessoais entre os sujeitos [...] que, desta maneira, constrói e reconstrói, processualmente, a sua própria autonomia, jamais doada” (PADILHA, 2008, p. 32).

Os direitos humanos são indissociáveis à uma educação participativa e voltada à democracia em todos os segmentos escolares. Este processo de ensino-aprendizagem visa, além de formar alunos, conceber sujeitos capazes de “construir os instrumentos da sua própria auto-avaliação” (PADILHA, 2008, p. 32).

A educação é um dos direitos humanos, sendo seu acesso determinado livremente por cada país, conforme seu plano nacional. “O direito à educação ou direito à instrução, como fora mais conhecido, a exemplo do direito à assistência social, é um direito que foi garantido ainda no decorrer do século XVIII” (BEDIN, 2002, p. 71).

O fortalecimento social perpassa pela instrução dos cidadãos. Educar em Direitos Humanos pressupõe despertar as pessoas para seus direitos. A Carta Magna brasileira em seu artigo 205 traz o direito à educação, referindo ser “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2018, p. 1).

Em seu artigo 206, a Constituição Federal traz as condições nas quais será ministrado o ensino. Quanto ao ensino de Direitos Humanos, em 2006 o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos a vislumbrou como “um processo sistemático e multidimensional, orientando a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões” (BRASIL, 2007, p. 17).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos visa formar cidadãos ativos, estabelecendo uma sociedade mais democrática, justa e equitativa. Para tal, tem-se a **importância do espaço escolar enquanto um local de formação, de produção do conhecimento e de consolidação da**

personalidade e percepção de mundo do estudante. Sendo assim, “[...] universo da educação o espaço-tempo privilegiado para formar e consolidar os princípios, os valores e as

atitudes capazes de transformar cada ser humano, no humano que queremos ver respeitado em todas as dimensões da vida” (BRASIL, 2007, p.11).

Cada sociedade possui características histórico-culturais distintas e a ideia de direitos humanos está a elas diretamente relacionada. A pluralidade de culturas produz seus próprios valores, o que nos leva à necessidade de vislumbrar os direitos humanos sob uma ótica multicultural. Sendo assim, os Direitos Humanos “[...] são indubitavelmente um tema global, portanto, há que se criar espaços para o diálogo intercultural, a fim de se estreitar o vínculo de valores entre toda a humanidade e, dessa forma, alcançar a universalidade” (PELLEGRINI, 2017, p. 32).

Educar para a liberdade é o cerne da educação em e para os Direitos Humanos (FREIRE, 1997, p. 55-56). Para tal, é necessário que se promovam práticas educacionais que caminhem para a **contextualização dos direitos compreendendo o homem enquanto sujeito**, uma vez que “todos os homens são titulares destes direitos inalienáveis” (BOBBIO, 2004, p. 17).

A educação tem um compromisso com a sociedade promovendo-a de forma igualitária, com respeito às diferenças do indivíduo. “A liberdade é concebida como horizonte final do destino do homem, mas por isto mesmo só pode ter sentido na história que os homens vivem” (FREIRE, 1982, p. 7).

Apenas através de uma educação orientada aos Direitos Humanos, pode-se buscar uma sociedade pluralista onde todos os homens sejam iguais em suas diferenças (SOUZA, 2018, p. 1). “Afastar a diferença, portanto, é ao mesmo tempo que negar as possibilidades de o entendimento humano tratar daquilo que, por sua moralidade, pode ser universalizado” (LUCAS, 2010, p. 61).

TOME NOTA!

Educar para e em direitos humanos é educar para a humanidade, interligando-se a educação ao princípio da dignidade da pessoa humana (SOUZA, 2018, p. 1). Ao conhecer os fundamentos do direito o cidadão se compromete com a justiça social, posto que se torne ciente de

sua responsabilidade com a humanização. Torna-se, assim, responsável pela construção do saber no

mundo reafirmando sua natureza crítica para assegurar que “[...] a violação dos direitos de um homem era a violação dos direitos de todos os homens [...]”. (ARENDDT, 2012, p. 167).

A prática pedagógica voltada aos Direitos Humanos e a uma cultura de paz deve ser natural e coletiva, buscando o diálogo e a inter-relação dos sujeitos numa reflexão crítica. Assim, “a tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de entender, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado” (FREIRE, 1997, p. 38).

Educação e Direitos Humanos são indissociáveis. É a formação educacional que torna um indivíduo consciente de seus direitos e deveres, bem como de seu papel em sociedade. Há uma íntima ligação entre cidadania, democracia e paz, com os Direitos Humanos. Trazer esta discussão ao ambiente escolar é apresentar ao estudante concepções de igualdade, respeito e tolerância, questões basilares ao princípio da dignidade da pessoa humana e, de forma mais ampla, aos Direitos Humanos.

O currículo escolar ainda não se volta aos direitos humanos. Suas lições não são obrigatórias nas escolas. Não obstante, para que haja uma educação para os Direitos Humanos é necessária formação de profissionais do ensino enquanto socioeducadores, a fim de promoverem uma educação humanizada, compreendendo que a igualdade está nas diferenças e intersubjetividades do indivíduo.

Portanto, pensar em direitos humanos e educação é buscar a completude do ser inacabado de Paulo Freire. É, assumir um compromisso com a postura frente a sociedade para que a educação leve os sujeitos envolvidos a transformar sua realidade. A educação precisa despertar o cidadão que está em cada estudante para que contribuam no exercício de suas competências para a garantia e promoção dos Direitos Humanos

2 – RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

1. (UFRN - COMPERVE - 2018) Na história da psicologia escolar e educacional no Brasil, é possível situar ao menos dois modelos de atuação do profissional dessa área, um chamado tradicional e outro nomeado emergente.

O modelo de atuação emergente é associado à incorporação de novas concepções e práticas, conferindo ao psicólogo escolar e educacional a responsabilidade de

(A) atuar de forma abrangente, considerando a dimensão psicoeducativa e psicossocial das instituições educacionais, de forma a contribuir para a transformação dos processos educativos e para a melhoria da educação.

(B) posicionar-se como profissional especialista nas questões relativas à subjetividade individual, priorizando intervenções em nível micro e evitando envolver-se com questões institucionais.

(C) intervir de modo generalista devido a sua condição numericamente minoritária no âmbito das instituições educativas, atendendo às demandas explícitas existentes, a fim de minimizar conflitos com os demais membros da instituição.

(D) constituir-se enquanto educador, assumindo essa função de forma indiferenciada em relação aos professores da instituição, uma vez que também lidará prioritariamente com processos de ensino e aprendizagem.

COMENTÁRIOS:

- (A) **CORRETA.** O psicólogo deve atuar de forma abrangente, modificando os processos educativos.
- (B) **INCORRETA.** O psicólogo não deve se ater apenas às questões da subjetividade e deve sim se envolver em questões institucionais.
- (C) **INCORRETA.** Não deve agir de modo generalista para não entrar em conflito com seus colegas de trabalho: deve atuar junto a eles.
- (D) **INCORRETA.** O lugar do psicólogo é diferente do lugar do educador.

2. (UFRN – COMPERVE – 2018) Na história da psicologia escolar e educacional no Brasil, é possível situar ao menos dois modelos de atuação do profissional dessa área, um chamado tradicional e outro nomeado emergente.

O modelo de atuação tradicional remonta às primeiras inserções da psicologia na educação e tem sido alvo de críticas que visam sua ampliação e transformação. As principais críticas se devem ao fato de tal modelo

- (A) focar sua atenção no indivíduo descontextualizado de sua realidade social, preconizando práticas que minimizam a responsabilidade da sociedade e da própria escola no surgimento de problemas escolares.
- (B) utilizar as teorias sócio interacionistas como referência preferencial para suas intervenções, as quais são pautadas principalmente na consideração do contexto social, comunitário e familiar dos estudantes.
- (C) preocupar-se principalmente com a prevenção de problemas relativos aos processos de ensino e aprendizagem, desconsiderando a resolução de impasses decorrentes de questões individuais e familiares.
- (D) enfatizar os aspectos políticos e pedagógicos da escola, referentes à formação continuada dos professores, sem articulá-los à escuta clínica dos discentes e demais membros da comunidade escolar.

COMENTARIOS:

As principais críticas relacionadas ao modelo tradicional são referentes à descontextualização do sujeito, focando apenas no aluno como causa do problemas, sem considerar as variáveis sociais e escolares.

RESPOSTA: A.

3. (PREF. DE MACAPÁ - FCC - 2018) O processo ensino-aprendizagem deve ser analisado como

(A) uma unidade, pois ambos são faces de uma moeda, na qual a relação interpessoal professor-aluno é fator determinante.

(B) um todo concreto e histórico, pois é o meio possível a mestres e alunos de se desenvolverem em termos biológicos e maturacionais.

(C) um recurso secundário para o professor, na medida em que ele não o compreende em razão de sua formação precária.

(D) um aspecto cuja eficácia é duvidosa, na medida em que requer uma maior discussão nos programas de formação de professores.

(E) uma maneira elementar de oferecer aos alunos e aos professores oportunidades de participar em dinâmicas de grupo.

COMENTÁRIOS:

O processo ensino aprendizagem é uma unidade. O ensino/aprendizagem são faces de uma mesma moeda, nessa unidade, a relação professor/aluno é um fator determinante para aprendizagem do aluno. Para tornar esse processo mais produtivo e prazeroso o professor deverá orientar, propiciar e testar atividades adequadas aos alunos inseridos em sala de aula. O professor deverá planejar atividades que promovam entrosamentos mais produtivos entre as atividades aplicadas.

RESPOSTA: A.

4. (UFC – UFC – 2017) A atuação do psicólogo que prioriza medidas e diagnósticos clínicos foi motivo de controvérsias dentro e fora da Psicologia. As críticas às práticas psicológicas realizadas no contexto escolar questionavam a visão reducionista do indivíduo e dos processos que ocorre no contexto escolar/educacional. Patto (2004), identificou que a Psicologia Escolar não poderia se ocupar mais com teorias que reproduzissem o *status quo* e não considerassem a dimensão social da escola. A partir dessa formulação é **incorreto** afirmar que:

(A) A dimensão crítica da psicologia escolar não ajudou a questionar processos, práticas e ideologias que referendam e contribuem para o desenvolvimento do fracasso escolar.

(B) A ideia de melhor aprendizagem estava diretamente associada à possibilidade de classificação do aluno, uma vez que a partir desta, poderia-se auxiliá-lo em seu desempenho.

(C) O psicólogo escolar era tido como um psicometrista que avaliava as crianças indicando em que áreas apresentavam dificuldades. Sua atuação apresentava um caráter clínico-terapêutico.

(D) Entre as tarefas do psicólogo escolar encontra-se o trabalho interdisciplinar e integrado aos contextos educacionais, que pode ser desenvolvido em diferentes níveis, como promoção, prevenção e tratamento.

(E) O psicólogo deve se ocupar tanto com a prevenção quanto com a promoção do desenvolvimento dos indivíduos envolvidos no processo educativo, atento à integração da aprendizagem com os diversos contextos em que ocorre.

COMENTÁRIOS:

A única incorreta é a letra A, pois as críticas à psicologia escolar provocou uma revisão das práticas focadas no modelo clínico e que culpabilizavam o aluno pelo fracasso escolar.

RESPOSTA: A.

5. (UFC - UFC - 2017) Acerca da inserção da psicologia como teoria e prática no campo educacional, marque a alternativa **incorreta**.

(A) No mundo ocidental, o aparecimento da psicologia na educação escolar é coetâneo ao surgimento da psicologia científica.

(B) Hoje é unânime no campo da psicologia da educação, que o conhecimento e a prática da psicologia clínica não podem contribuir para o entendimento e tratamento das queixas escolares.

(C) A demanda de adaptação à ordem social da sociedade industrial capitalista, mediante a seleção e orientação na escola está na origem da psicologia escolar, no Ocidente.

(D) A ideia de que é possível classificar os sujeitos conforme uma medida objetiva de capacidade intelectual é uma das vias centrais para o surgimento da psicologia no campo da educação.

(E) Durante o século XX no Ocidente, a oposição entre indivíduo e sociedade foi uma noção fundamental na contribuição da psicologia para individualizar os problemas escolares ora no aluno (e sua família) ora no professor.

COMENTÁRIOS:

A única incorreta é a letra B, pois a psicologia clínica pode sim ajudar no tratamento das queixas escolares. Ela não pode ser o único modelo a se seguir, desconsiderando o contexto escolar e as variáveis sociais.

RESPOSTA: B.

6. (UFPA - UFPA - 2018) A forma de atuação do psicólogo escolar sofreu diversas alterações ao longo da história, não só do ponto de vista do tipo de atividade desenvolvida como da concepção de homem e de educação com a qual este profissional trabalha (Martinez, 2010). Na atualidade, tem-se buscado uma relação cada vez mais próxima entre a instituição escolar como

um todo e a inserção do profissional de psicologia. Configuram-se como ações pertinentes ao psicólogo escolar:

- (A) Atendimento psicoterápico; orientação profissional; intervenção psicopedagógica.
- (B) Colaboração na avaliação de resultados de processos de aprendizagem; formação de professores; elaboração de provas.
- (C) Realização de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral do discente; fiscalização da implementação de políticas públicas; realizar pesquisas.
- (D) Desenvolvimento de planos de carreira; levantamento de informações para instrumentalizar a individualização do ensino; sensibilização da comunidade acadêmica ante a inclusão escolar.
- (E) Avaliação psicopedagógica; mapeamento de demandas institucionais; acompanhamento da construção da proposta pedagógica.

COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** O psicólogo escolar não faz **atendimento psicoterápico**.
- (B) **INCORRETA.** Psicólogo escolar não atua na **elaboração de provas**.
- (C) **INCORRETA.** Não atua na **fiscalização** da implementação de políticas públicas.
- (D) **INCORRETA.** Não atua no **desenvolvimento de planos de carreira**.
- (E) **CORRETA.** São todas áreas de atuação do psicólogo escolar.

7. (IFF – CESPE – 2018) No que tange à psicologia escolar e ao psicólogo que atua nesse campo, assinale a opção correta.

- (A) É vedado ao psicólogo escolar a aplicação de conhecimentos psicológicos concernentes ao processo ensino-aprendizagem.

(B) Entre outras atribuições, cabe ao psicólogo escolar auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais.

(C) A atuação do psicólogo escolar limita-se ao ambiente no qual está inserido, ficando à cargo da direção a integração família – comunidade – escola.

(D) É vedado ao psicólogo escolar elaborar diagnóstico de crianças com suspeita de dificuldades de aprendizagem.

(E) É vedado ao psicólogo escolar elaborar diagnóstico de crianças com suspeita de dificuldades de aprendizagem.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA. Não é vedado** ao psicólogo escolar a aplicação de conhecimentos psicológicos concernentes ao processo ensino-aprendizagem.

(B) **CORRETA** Auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais é uma de suas principais funções.

(C) **INCORRETA.** A **integração família - comunidade - escola** também é atribuição do psicólogo

(D) **INCORRETA. Não é vedado** ao psicólogo escolar elaborar diagnóstico de crianças com suspeita de dificuldades de aprendizagem.

(E) **INCORRETA. É permitido** ao psicólogo escolar o acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem, tarefa concernente ao professor.

8. (IF/SC – IF/SC – 2017) Analise as informações a seguir sobre a atuação do psicólogo no ambiente escolar, em uma perspectiva crítica, e marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas:

() As práticas sociais e escolares influenciam diretamente no resultado do processo de ensino e aprendizagem.

() As relações institucionais não sofrem interferência do contexto social e histórico do qual faz parte a escola. Por isso, a análise das práticas escolares não deve levá-las em consideração.

() No diálogo com os educadores, a(o) psicóloga(o) pode elaborar atividades que contribuam para uma compreensão dos elementos constituintes do processo de ensino e aprendizagem, em suas diferentes dimensões.

() Desenvolver ações que busquem o enfrentamento de situações naturalizadas no contexto escolar, superando explicações que culpabilizam ora estudantes, ora família, ora professores, é uma das possibilidades de atuação do psicólogo.

() É fundamental centrar-se no aluno, principalmente naquilo que ele não consegue realizar, ao avaliar as dificuldades no processo de escolarização.

Assinale a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de cima para baixo.

(A) V, F, V, V, F

(B) V, V, V, V, V

(C) V, F, V, V, V

(D) F, V, F, V, V

(E) V, V, F, V, V

COMENTÁRIOS:

As duas alternativas falsas são a segunda, pois as relações institucionais sofrem interferência do contexto social e histórico do qual faz parte a escola, e a análise das práticas escolares deve levá-las em consideração e a última, pois não se deve apenas focar no que o aluno não consegue realizar, é preciso considerar seu contexto familiar e o da escola.

RESPOSTA: A.

9. (UTFPR – UTFPR – 2017) Um dos objetivos da obra “Psicologia Escolar: práticas críticas” é problematizar a relação psicologia-escola. Com base nas leituras realizadas, apresentam-se as seguintes sentenças:

- I) O ensino e aprendizagem são práticas importantes de serem construídas coletivamente.
- II) O trabalho do psicólogo no contexto escolar, por meio dos relatórios e encaminhamentos, contribui muitas vezes para uma possível impotência, bem como culpabilização dos que não seguem o que foi sugerido/encaminhado.
- III) A partir do acompanhamento escolar, o psicólogo deveria, no que diz respeito à avaliação psicológica, trocar o enfoque de “avaliar alguém” por “avaliar um campo de força”.

Está(ão) correta(s):

- (A) apenas I.
- (B) apenas I e II.
- (C) apenas II.
- (D) apenas III.
- (E) I, II e III.

COMENTÁRIOS:

Todas as alternativas estão corretas, pois ensino e aprendizagem devem ser construídos de forma coletiva, e o psicólogo pode ajudar a criar um sentimento de culpabilização e impotência, além de que não deve focar no sujeito, mas avaliar todo o campo de forças que o envolvem.

RESPOSTA: E.

10. (IFRN – IFRN – 2014) Os estudos atuais da psicologia escolar revelam que o fracasso escolar deve ser analisado de forma multicausal, possuindo influências de diversos elementos sociais, institucionais, emocionais, entre outros. Sobre o tema, é correto afirmar que

- (A) o psicólogo escolar deve estar atento ao contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno está inserido para que possa compreender suas relações no processo ensino-aprendizagem.
- (B) o psicólogo escolar deve estar atento ao papel da escola na facilitação do fracasso escolar, trabalhando focado nas dificuldades de aprendizagem do aluno.
- (C) o psicólogo escolar deve compreender as relações políticas e sociais vigentes, esclarecendo que muitas vezes o aluno não aprende porque tem problemas familiares.
- (D) o psicólogo escolar deve atuar de forma preventiva, criando espaços para o atendimento psicoterápico de problemas emocionais dos alunos e, assim, evitando as situações de fracasso escolar.

COMENTÁRIOS:

O psicólogo sempre deve estar atento ao contexto sócio-econômico e cultural do sujeito, para que assim consiga analisar de fato o fracasso escolar.

RESPOSTA: A.

11. (UFRN – COMPERVE – 2018) Alysson era um estudante avaliado por seus professores como agitado, agressivo e com dificuldades nas relações com os colegas. Havia comentários de que seu pai era usuário de drogas e que seu ambiente familiar era perpassado por situações de violência. Apesar das boas notas, seus comportamentos, tidos como indisciplinados, causavam mal-estar em sala de aula, em especial nas interações professor-aluno.

Uma das possibilidades de atuação do psicólogo escolar e educacional é a intervenção diante do que é considerado como indisciplina em contextos educativos. Considerando a produção científica da psicologia escolar e educacional a esse respeito, a ação do psicólogo deve ser primeiramente:

(A) chamar a família de Alysson à escola a fim de relatar os comportamentos do estudante, perguntar abertamente sobre as situações de violência no ambiente familiar e encaminhar a situação para o conselho tutelar.

(B) analisar o contexto em que Alysson está inserido na perspectiva de compreender as relações estabelecidas pelos estudantes entre si e destes com os professores e com a instituição, pois todos estão implicados na situação e podem contribuir para transformá-la.

(C) convocar Alysson para realizar testes psicométricos capazes de averiguar traços de personalidade e fazer o diagnóstico diferencial entre transtorno de personalidade antissocial e transtorno de personalidade narcisista..

(D) propor uma reunião com os professores e estudantes que convivem com Alysson para instruir como estes devem proceder diante dos comportamentos de Alysson, na perspectiva de promover a disciplina em todos os níveis da instituição.

COMENTÁRIOS:

O psicólogo escolar, em sua atuação, deve sempre considerar o contexto em que o sujeito se encontra inserido, considerando também que a aprendizagem depende da relação professor-aluno, devendo-se considerar a instituição como um todo, além disso.

RESPOSTA: B.

12. (UFRN – COMPERVE – 2018) Alysson era um estudante avaliado por seus professores como agitado, agressivo e com dificuldades nas relações com os colegas. Havia comentários de que seu pai era usuário de drogas e que seu ambiente familiar era perpassado por situações de violência. Apesar das boas notas, seus comportamentos, tidos como indisciplinados, causavam mal-estar em sala de aula, em especial nas interações professor-aluno.

Considerando que o psicólogo escolar e educacional pode desempenhar um papel importante na formação continuada de professores, a intervenção desse profissional junto aos docentes que lecionam na turma de Alysson deve consistir em:

(A) orientar a realização de um trabalho individualizado com Alysson, uma vez que esse aluno apresenta peculiaridades que impedem a utilização das práticas pedagógicas adotadas com os demais estudantes, exigindo, nesse caso, um olhar mais clínico.

(B) promover capacitações para a adoção de estratégias de resolução de conflitos validadas cientificamente, a fim de erradicar as relações conflituosas existentes em sala de aula e centralizar o ensino no desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

(C) propiciar reflexões sobre estratégias para mediar os conflitos que surgem em sala de aula, com vistas ao estabelecimento de relações baseadas no diálogo e no respeito às diferentes formas de expressão, favorecendo assim a aprendizagem.

(D) propor que seja feita uma reunião entre a equipe de professores e a família de Alysson, no intuito de avaliar as condições cognitivas e emocionais desse estudante, viabilizando, assim, um encaminhamento para psicoterapia individual ou familiar.

COMENTÁRIOS:

(A) INCORRETA. O foco não deve ser apenas no Alysson.

(B) INCORRETA. Os professores devem sim ser capacitados para resolver conflitos mas não focar o ensino apenas no desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

(C) CORRETA. É importante que os professores saibam mediar conflitos, bem como facilitar as expressões como forma de melhorar a aprendizagem.

(D) INCORRETA. O foco não deve ser apenas no estudante.

13. (UFRN – COMPERVE – 2018) Desde o surgimento da psicologia escolar e educacional, o fenômeno denominado de fracasso escolar constituiu-se como objeto de estudo privilegiado dessa área. Nesse contexto, Maria Helena de Souza Patto, pesquisadora com estudos consagrados na área, analisa que para compreender a gênese dessa problemática, é necessário considerar

(A) a precariedade das condições sociais de crianças e adolescentes que, devido às privações sofridas, são incapazes de aprender.

(B) a influência de teorias eugenistas e da teoria da carência cultural, as quais marcaram o início das práticas psicológicas na educação no Brasil.

(C) o contexto familiar que desvaloriza os saberes escolares e desacredita na educação formal como meio de ascensão social.

(D) o aspecto hereditário, uma vez que diversos transtornos de aprendizagem têm causas genéticas e congênitas.

COMENTÁRIOS:

As teorias de carência cultural foram, tradicionalmente, muito utilizadas para explicar o fracasso escolar, culpabilizando o sujeito.

RESPOSTA: B.

14. (MARINHA - MARINHA - 2018) Bock (2006) descreveu um programa de orientação profissional, desenvolvido em três unidades. Sendo assim, assinale a opção que apresenta os módulos I, II e III, respectivamente.

(A) Módulo I - trabalho; módulo II - significado da escolha profissional; módulo III - autoconhecimento e informação profissional.

(B) Módulo I - avaliação inicial, por meio de bateria de testagem psicológica; módulo II - trabalho; módulo III - autoconhecimento e informação profissional.

(C) Módulo I - significado da escolha profissional; módulo II - avaliação inicial, por meio de bateria de testagem psicológica; módulo III - autoconhecimento e informação profissional.

(D) Módulo I - significado da escolha profissional; módulo II - trabalho; módulo III - autoconhecimento e informação profissional.

(E) Módulo I - significado da escolha profissional; módulo II - autoconhecimento e informação profissional; módulo III - mercado de trabalho.

COMENTÁRIOS:

Desenvolvido em 15 sessões de duas horas, o programa é dividido em três módulos. O primeiro é denominado de “O significado da Escolha Profissional”, o segundo de “O Trabalho” e o terceiro

de “Autoconhecimento e Informação Profissional”. O primeiro módulo, O SIGNIFICADO DA ESCOLHA PROFISSIONAL, é desenvolvido em três sessões.

RESPOSTA: D.

15. (MARINHA - MARINHA - 2017) O programa de Orientação Profissional elaborado por Bock (2006) e colaboradores é desenvolvido em 3 módulos. Como é caracterizada a segunda sessão do módulo 1?

- (A) Abordagem da relação gênero e escolha e a relação do desempenho escolar com a escolha.
- (B) Dedicção total à apresentação de como o programa é desenvolvido e ao mútuo conhecimento dos membros do grupo.
- (C) Colocação de três temas em pauta: o mercado de trabalho, os meios de comunicação e o vestibular.
- (D) Início do processo de informação profissional. Apresenta-se o jogo de fichas das profissões, que se constitui de mais de cem fichas com o nome das profissões.
- (E) Atividade de autoconhecimento por meio de estratégia grupal. O procedimento utilizado tem o nome de “atividade de lã”.

COMENTÁRIOS:

Desenvolvido em 15 sessões de duas horas, o programa é dividido em três módulos. O primeiro é denominado de “O significado da Escolha Profissional”, o segundo de “O Trabalho” e o terceiro de “Autoconhecimento e Informação Profissional”. O primeiro módulo, O SIGNIFICADO DA ESCOLHA PROFISSIONAL, é desenvolvido em três sessões.

A primeira é dedicada à apresentação do programa, ao estabelecimento do contrato, isto é, estabelecimento de horários e dias das sessões, compromisso de participação, assinatura do termo de autorização de livre consentimento de participação na pesquisa (ver anexo 1) e apresentação da situação de escolha profissional de cada participante.

A segunda sessão é dedicada à discussão de três temas: 1) mercado de trabalho; 2) a influência dos meios de comunicação de massa na escolha 3) o vestibular. A terceira sessão aprofunda as questões de gênero relacionadas à escolha profissional e a relação entre o desempenho e interesse pelas disciplinas do ensino médio com a escolha profissional. Nessa sessão, a partir desse último tema, discute-se o que significa e como se escolhe algo.

São discutidos os principais mitos relacionados à escolha, a saber: a) o mito do “estalo”, idéia que se tem quando a profissão da pessoa surge do nada, como se fosse uma revelação; b) o mito da maturidade, que apregoa que, se a pessoa tem um “desenvolvimento normal”, a profissão se revela como algo natural, fruto normal desse desenvolvimento. Ao contrário, apontamos que a escolha profissional (como qualquer escolha que o ser humano realiza) se constitui como ruptura e sempre se apresenta como conflito. É a resolução desse conflito, por meio de reflexão dos determinantes dessa decisão que levarão à opção que necessariamente envolve um ato de coragem, perda e ganho de algo.

RESPOSTA: C.

16. (MARINHA - MARINHA - 2014) Segundo Bock {2006}, na proposta de orientação profissional sócio-histórica, o ponto de partida da escolha profissional é :

- (A) a mensuração das aptidões do indivíduo.
- (B) o diagnóstico do indivíduo a partir de sua história de vida.
- (C) a identificação do padrão de personalidade.
- (D) a imagem construída pela pessoa em relação à profissão.
- (E) a compreensão do contexto social em que está inserido o sujeito.

COMENTÁRIOS:

De acordo com a perspectiva sócio-histórica em educação e psicologia, os jovens superaram as visões naturalizantes de indivíduo e da sociedade. As habilidades, os interesses e as características de personalidade não foram mais percebidos como aspectos inatos, mas frutos

de apropriação, singularização do vivido em seu meio. Ou seja, o ponto de partida para a escolha profissional é a imagem construída pela pessoa em relação à profissão.

RESPOSTA: D.

17. (DPE/RJ – FGV – 2019) Em relação ao trabalho de Piaget sobre o desenvolvimento infantil, analise as afirmativas a seguir.

I. Todas as crianças passam pelos quatro estágios de desenvolvimento na mesma ordem, mas algumas o fazem com maior rapidez.

II. Esquemas são categorias mentais que organizam a experiência, com base em ações na infância e em propriedades abstratas na adolescência.

III. O estágio sensório-motor se estende do nascimento até os dois anos, em que se progride das ações reflexas para o processamento simbólico.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

COMENTÁRIOS:

I) **CORRETA.** Piaget afirma que todas as crianças passam pelos quatro estágios e seguindo essa sequência.

II) **CORRETA.** Esquemas são categorias mentais que organizam a experiência, são “lentes” a partir das quais o sujeito interpreta a realidade.

III) **CORRETA.** Descrição corretamente associada ao primeiro estágio.

RESPOSTA: E.

18. (MPE/AL – FGV – 2018) Assinale a opção que indica como é conhecida a Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget.

(A) Gestaltismo.

(B) Associacionismo.

(C) Construtivismo.

(D) Behaviorismo

(E) Psicologia histórico-cultural.

COMENTÁRIOS:

(A) INCORRETA. O gestaltismo se refere à teoria da forma e foi criada pelos psicólogos alemães Wertheimer, Köhler e koffka e que depois serviu de base para a gestalt-terapia de Perls.

(B) INCORRETA. A teoria associacionista (inspirada no empirismo e positivismo) foi a antecessora do behaviorismo e entende que o aprendizado se dá através da associação de ideias. O modelo foi utilizado por diversos psicólogos (como Freud e Pavlov), mas seu principal representante é Edward L. Thorndike.

(C) CORRETA. A teoria de desenvolvimento de Jean Piaget, a Epistemologia Genética, também é conhecida por seu caráter **CONSTRUTIVISTA**. O autor acreditava que o desenvolvimento do pensamento se dá através de etapas (ou estágios) e que o indivíduo tem papel ativo na construção (e modificação) de suas próprias representações mentais.

(D) INCORRETA. O behaviorismo, fundado por Watson propõe o comportamento e seu controle como objeto de estudo da psicologia.

(E) INCORRETA. A perspectiva sociointeracionista de Vygostky enfatiza o processo sócio-histórico e o papel da linguagem. Para o autor, o conhecimento se dá pela interação entre o sujeito e o meio através de instrumentos técnicos e símbolos/linguagem (cultura).

19. (MPE/AL – FGV – 2018) Mateus, 4 anos, ganhou um quebra-cabeças de seu pai, Gustavo e, juntos, montaram todo o jogo. O menino montou praticamente todas as peças, mas o pai o auxiliou em alguns momentos, encaixando corretamente uma peça ou encontrando a que a criança necessitava. Caso Mateus estivesse montando o quebra-cabeças sozinho, dificilmente conseguiria fazê-lo.

Assinale a opção que, segundo Vygotsky, define a diferença entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que é capaz de fazer com ajuda.

- (A) Discurso privado.
- (B) Aprendizado colaborativo.
- (C) Jornada acompanhada.
- (D) Zona de desenvolvimento proximal.
- (E) Discurso interno.

COMENTÁRIOS:

A diferença entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que é capaz de fazer com ajuda é chamada de “zona de desenvolvimento proximal”.

RESPOSTA: D.

20. (COLÉGIO PEDRO II – COLÉGIO PEDRO II – 2017) Henri Wallon postulou estágios do desenvolvimento humano que se assemelham aos de Piaget. Contudo, tem uma lógica diferente, porque esse desenvolvimento é constituído por meio de um processo assistemático e contínuo, em que a criança oscila entre a afetividade e a inteligência.

Os estágios postulados por Wallon são

- a) sensório-motor, projetivo, categorial, operatório-formal e adolescência.

- b) sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto, lógico-formal e personalismo.
- c) impulsivo-emocional, sensório-motor e projetivo, personalismo, categorial e adolescência.
- d) impulsivo-emocional, sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto e operatório-formal

COMENTARIOS:

Henri Wallon compreende o desenvolvimento psíquico da criança – base de seus estudos do desenvolvimento humano – como descontínuo e marcado por contradições e conflitos, resultado da maturação orgânica e das condições ambientais. Essa visão se contrapõe a idéia de um desenvolvimento linear e em etapas definidas e seguidas, que compreenderiam períodos marcados, que se sucederiam. Para Wallon, aspectos dos diferentes momentos do desenvolvimento não são propriamente “superados” por outros, mas podem reaparecer em outra fase da vida, ganhando novos sentidos de acordo com as diferentes condições do sujeito.

São cinco os estágios propostos por Wallon, cada qual com sua especificidade⁴. O primeiro, “impulsivo-emocional”, que abrange o primeiro ano de vida, cuja ênfase é a emoção (predomínio afetivo); o “sensório-motor e projetivo”, que vai até o terceiro ano, quando o interesse da criança se volta para a exploração sensório-motora do mundo físico (predomínio cognitivo). O do “personalismo”, que cobre a faixa dos três aos seis anos, cuja tarefa central é o desenvolvimento da personalidade, a construção da consciência de si (predomínio afetivo). Aos seis anos inicia-se o estágio “categorial”, cuja ênfase recai para os avanços dos progressos intelectuais, dirigindo o interesse da criança para o conhecimento e conquista do mundo exterior (predomínio cognitivo). Por fim, o estágio da adolescência quando a crise pubertária impõe a necessidade de novos contornos da personalidade em função das mudanças corporais, trazendo a tona questões pessoais, morais, existenciais, retomando a predominância da afetividade.

RESPOSTA: C.

21. (COLÉGIO PEDRO II – COLÉGIO PEDRO II – 2017) Leias as assertivas a seguir, relacionadas a contribuições de teóricos da Psicologia do Desenvolvimento:

I. “... entre uma maturação orgânica fornecedora de potencialidades mentais, mas sem uma estruturação psicológica pronta, e uma transmissão social fornecedora dos elementos, bem como do modelo de uma construção possível, mas sem impor essa última em bloco, existe uma construção operatória que traduz em estruturas mentais as potencialidades oferecidas pelo sistema nervoso.”

II. “As necessidades de descrição obrigam a tratar separadamente alguns grandes conjuntos funcionais, o que não deixa de ser um artifício... Os domínios funcionais entre os quais se dividirão o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa.”

III. “A mais importante e a mais fundamental das leis que explicam a gênese, e para a qual nos conduz o estudo das funções mentais superiores, poderia ser expressa assim: cada exemplo de conduta semiótica da criança era, anteriormente, uma forma de colaboração social e é por isso que o comportamento semiótico, mesmo nos estágios mais avançados do desenvolvimento, permanece como um modo de funcionamento social.”

Os autores das frases são, respectivamente,

- a) Piaget, Wallon e Vygotsky.
- b) Ariés, Vygotsky e Piaget.
- c) Wallon, Ariés e Vygotsky.
- d) Vygotsky, Piaget e Wallon.

COMENTÁRIOS:

I - entre uma maturação orgânica fornecedora de potencialidades mentais, mas sem uma estruturação psicológica pronta, e uma transmissão social fornecedora dos elementos, bem como do modelo de uma construção possível, mas sem impôr essa última em bloco, existe uma construção operatória que traduz em estruturas mentais as potencialidades oferecidas pelo sistema nervoso. (Piaget, 1965, p.25) - PIAGET

II - As necessidades de descrição obrigam a tratar separadamente alguns grandes conjuntos funcionais, o que não deixa de ser um artifício...

Os domínios funcionais entre os quais se dividirão o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa. (Wallon, 1995, pp. 131 e 135)

Os conjuntos ou domínios funcionais são, portanto, constructos de que a teoria se vale para explicar o psiquismo, para explicar didaticamente o que é inseparável: a pessoa.

O conjunto afetivo oferece as funções responsáveis pelas emoções, pelos sentimentos e pela paixão — e será detalhado oportunamente.

O conjunto ato motor oferece a possibilidade de deslocamento do corpo no tempo e no espaço, as reações posturais que garantem o equilíbrio corporal, bem como o apoio tônico para as emoções e sentimentos se expressarem.

O conjunto cognitivo oferece um conjunto de funções que permite a aquisição e a manutenção do conhecimento por meio de imagens, noções, idéias e representações. É ele que permite ainda registrar e rever o passado, fixar e analisar o presente e projetar futuros possíveis e imaginários.

- WALLON

III - Quem fala em funções mentais superiores é Vygostky.

RESPOSTA: A

22. (Pref Itapevi – VUNESP – 2019) Jean Piaget considera que a estruturação do sujeito sofre influência de alguns fatores. De acordo com a perspectiva do autor, o fator mais importante nesse processo é a

- a) interação social.
- b) maturação nervosa.
- c) exercício repetitivo.

- d) equilibração.
- e) experiência adquirida.

COMENTÁRIOS:

É a equilibração que explica o processo de desenvolvimento humano como um todo, uma vez que é através da busca constante por equilíbrio entre a assimilação (tentar interpretar um objeto a partir das estruturas mentais que o indivíduo já tem) e a acomodação (modificar uma estrutura mental a partir de um objeto externo novo) que leva ao desenvolvimento dos indivíduos.

*“Dessa perspectiva, o processo de equilibração pode ser definido como um mecanismo de organização de estruturas cognitivas em um sistema coerente que visa a levar o indivíduo a construção de uma forma de adaptação à realidade. Haja vista que o "objeto nunca se deixa compreender totalmente" (La Taille, op.cit.), o conceito de equilibração sugere algo móvel e dinâmico, na medida em que a constituição do conhecimento coloca o indivíduo frente a conflitos cognitivos constantes que movimentam o organismo no sentido de resolvê-los. Em última instância, a concepção do desenvolvimento humano, na linha piagetiana, deixa ver que é no contato com o mundo que a matéria bruta do conhecimento é 'arrecadada', pois que **é no processo de construções sucessivas resultantes da relação sujeito-objeto que o indivíduo vai formar o pensamento lógico.**” (TERRA)*

RESPOSTA: D.

23.(Pref Tapejara – FUNDATEC – 2019) De acordo com a revisão teórica de Souza (2011) sobre as relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico e o posicionamento de grandes autores da Psicologia, relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1

1. Vygotsky.
2. Piaget.
3. Henri Wallon.

Coluna 2

- O afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. No entanto, não é uma condição suficiente.
- A emoção organiza a vida psíquica inicial e antecede as primeiras construções cognitivas.
- As emoções podem inicialmente criar operações cognitivas que permitirão a construção do conhecimento.
- A razão teria a capacidade de controlar as emoções mais primitivas, graças ao domínio dos instrumentos culturais, em especial a linguagem.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) 2 - 3 - 3 - 1.
- b) 3 - 1 - 3 - 2.
- c) 2 - 3 - 2 - 1.
- d) 3 - 2 - 3 - 1.
- e) 2 - 3 - 1 - 2.

COMENTARIOS:

Coluna 1

1. Vygotsky.
2. Piaget.
3. Henri Wallon.

Coluna 2

(2) O afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. No entanto, não é uma condição suficiente.

*“É indiscutível que o **afeto tem um papel essencial no funcionamento da inteligência**. Sem o afeto não haveria nem interesses, nem necessidades, nem motivação; em consequência, as interrogações ou problemas não poderiam ser formulados e não haveria inteligência. O afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. **No entanto, em minha opinião, não é uma condição suficiente.**” (Piaget, 1962/1994, p.129)*

O trecho apresentado é de Piaget, então o número a ser relacionado é **2**.

(3) A emoção organiza a vida psíquica inicial e antecede as primeiras construções cognitivas.

*“Iniciaremos pela abordagem **de Henri Wallon** (1879- 1962), a qual privilegia o aspecto afetivo, indicando seu papel estruturante no início da vida da criança. Para este autor, **a emoção organiza a vida psíquica inicial e antecede as primeiras construções cognitivas**. A gênese da cognição está, pois, para Wallon, nas primeiras emoções, as quais, por sua vez, estão diretamente ligadas ao desenvolvimento do tônus (aspecto orgânico)”*

Aqui, estamos falando de Wallon, então o número correspondente é **3**.

(3) As emoções podem inicialmente criar operações cognitivas que permitirão a construção do conhecimento.

*“Vemos então que, **para Wallon, as emoções podem inicialmente criar operações cognitivas que permitirão a construção do conhecimento**, por um lado, e, por outro, podem estruturar a ‘pessoa’ no início da vida, sem a participação da cognição (nem mesmo a sensório-motora)”*

De novo, aqui estamos falando de Wallon, **numero 3**.

(1) A razão teria a capacidade de controlar as emoções mais primitivas, graças ao domínio dos instrumentos culturais, em especial a linguagem.

*“Já a perspectiva de **Vygotsky (1896-1934)** propõe que a **razão teria a capacidade de controlar as emoções mais primitivas**, graças ao domínio dos instrumentos culturais, em especial a linguagem.”*

Por ultimo, essa afirmativa se refere a **Vygotsky, número 1**

RESPOSTA: A.

24. (Pref Conceição – CONTEMAX – 2019) Foi a partir da década de 1980 do século XX que se iniciou um movimento de análise crítica da atuação do psicólogo escolar, a fim de que fosse possível a consideração dos processos desenvolvidos na instituição escolar. Os “problemas de aprendizagem” passaram a ser vistos como um fenômeno complexo, constituído socialmente, cuja análise deve abarcar os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais. Bock, Furtado e Teixeira (2000) acrescenta que, para os psicólogos que adotam uma postura sócio-histórica,

o fenômeno psicológico é também construído a partir das relações do homem numa topografia e sociedade específicos num momento histórico específico.

Em relação à Psicologia Escolar no que se refere a sua mudança de paradigma voltado agora para o aluno como centro e considerando a perspectiva crítica, analise as afirmativas e marque a CORRETA.

a) A educação e, mais especificamente, a educação escolar são compreendidas como instâncias fundamentais no processo de socialização do conhecimento produzido pela humanidade. E, por conseguinte, as relações escola sociedade devem ser “pensadas por contradição”, no sentido de que “se o fato educativo é um político e um social, conseqüentemente, é também verdadeiro que toda situação política e social determina sensivelmente a educação” numa dialética que busca romper paradigmas e avançar numa política educacional inclusiva e eficiente.

b) Quando analisamos o fenômeno educacional, é fundamental levarmos em conta que a realidade educacional é determinada por dois fatores o econômico e político. Ao psicólogo é lançado o desafio de atuar e refletir politicamente com os indivíduos para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade, abstendo-se de adentrar de seu contexto social.

c) O rompimento com o modelo clínico de atuação não implica, em romper com a separação entre as atividades de ensino que seriam responsabilidade do professor e o comportamento dos alunos, que por sua vez seriam responsabilidade do psicólogo, cada um tem seu papel na construção dos saberes no contexto escolar.

d) A Escola é um espaço complexo que restringe o profissional de criar espaços de reflexões com todos os grupos que fazem parte da escola, famílias e aluno, professores, pedagogos, funcionários e comunidade.

e) O mais importante é que ele se insira na educação, assumindo um compromisso teórico e prático com as questões exclusivas da escola, que é o seu foco de atenção, atendendo as demandas dos alunos quando necessário.

COMENTÁRIOS:

a) CORRETA.

A alternativa está de acordo com Nunes de Lima:

"A educação e, mais especificamente, a educação escolar são compreendidas como instâncias fundamentais no processo de socialização do conhecimento produzido pela humanidade. E, por conseguinte, as relações escola-sociedade devem ser pensadas por contradição, no sentido de que se o fato educativo é um político e um social, conseqüentemente, é também verdadeiro que toda situação política e social determina sensivelmente a educação (Manacorda, 1989 apud Tanamachi, 1997)."

b) INCORRETA.

A autora fala que a realidade educacional é determinada por múltiplos fatores. Veja:

"Quando analisamos o fenômeno educacional, é fundamental levarmos em conta que a realidade educacional é determinada por múltiplos fatores."

c) INCORRETA.

Implica, sim, em romper com a separação. Veja:

*"O rompimento com o modelo clínico de atuação **implica**, conforme Ragonesi (1997), entre outras coisas, em romper com a separação entre as atividades de ensino que seriam responsabilidade do professor e o comportamento dos alunos, que por sua vez seriam responsabilidade do psicólogo."*

Assim conseguiremos situar mais adequadamente os processos psicológicos no interior do processo pedagógico, garantindo a especificidade de nossa atuação, a partir de uma reflexão sobre o lugar da Psicologia na Educação, sem reduzir uma à outra."

d) INCORRETA.

Não há essa restrição. Nunes de Lima fala:

"O momento é de criar espaços de reflexões com todos os grupos que fazem parte da escola, famílias e aluno, professores, pedagogos, funcionários e comunidade, considerando a realidade escolar como um todo, pesquisando temas que façam parte das preocupações dos envolvidos, fazendo parcerias com outros profissionais que têm a educação como foco de atenção."

e) INCORRETA.

A autora não fala sobre questões exclusivas da escola. Veja:

"O mais importante é que ele se insira na educação, assumindo um compromisso teórico e prático com as questões da escola, que é o seu foco de atenção. Além disso, a autora acrescenta que é fundamental que os psicólogos que atuam diretamente na instituição escolar preocupem-se com a melhoria das práticas pedagógicas, garantindo que a escola utilize-se dos conhecimentos psicológicos na elaboração de suas propostas de trabalho, visando a atingir o objetivo primeiro da educação: a humanização. "

25. (Campinas – VUNESP – 2019) Uma das concepções básicas da teoria de Vygotsky enfatiza que o educador deve concentrar seu interesse em compreender, no curso do desenvolvimento,

- a) os conceitos adquiridos pelos seus alunos, independentemente do contexto cultural.
- b) a posição que os seus alunos já conseguiram atingir no percurso escolar previsto.

- c) o momento evolutivo de seus alunos, para não solicitá-los além de seus limites.
- d) a emergência do que é novo nas trajetórias de aprendizagem de seus alunos.
- e) as atividades que seus alunos já são capazes de realizar por si mesmos.

COMENTÁRIOS:

Veja o que Marta Kohl (1995) fala sobre o olhar de Vygotsky na educação:

“É nesse sentido que o olhar prospectivo de Vygotsky torna-se digno de menção e é especialmente relevante para a educação: a ideia de transformação, tão essencial ao próprio conceito de educação, ganha particular destaque numa concepção que enfatiza o interesse em compreender, no curso do desenvolvimento, a emergência do que é novo na trajetória do indivíduo, os “brotos” ou “flores” do desenvolvimento, em vez de seus frutos.”

RESPOSTA: D.

26. (CP II – CP II – 2019) O tema do fracasso escolar, entendido como repetência, evasão escolar ou distúrbio de aprendizagem, vem sendo amplamente debatido nos campos da Psicologia e da Educação. O fracasso escolar, na contingência de nossa temporalidade, desafia tanto psicólogos quanto educadores que tentam dizer algo sobre o seu funcionamento. A psicanalista Ruth Cohen publicou diversos trabalhos sobre o tema, a fim de elucidar a lógica do fracasso escolar em uma perspectiva multidisciplinar.

Para a pesquisadora, o fracasso escolar deve ser entendido como

- a) um tipo de distúrbio ou transtorno que deve ser corrigido, muitas vezes, à custa de medicamentos.

b) um sintoma que se expressa por meio de mecanismos inibitórios, em face dos quais trabalhar a vertente transferencial entre o professor e o estudante não basta.

c) uma conjunção de fatores internos inconscientes de crianças e adolescentes, de modo que estes precisam ser responsabilizados e acolhidos, sendo necessária a intervenção de um psicólogo.

d) um elemento que não está centrado nos fatores internos de crianças e adolescentes, pois as instituições em que estão inseridas devem igualmente ser implicadas e responsabilizadas

COMENTÁRIOS:

NO livro “A lógica do fracasso escolar: psicanálise e educação” encontramos a seguinte informação:

*“Nesse contexto, o encaminhamento de crianças e adolescentes com dificuldades em aprender a psicólogos e psicanalistas tem se mostrado não só recorrente, como também **pouco promissor**. Embora a psicanálise ajude a esclarecer as respostas subjetivas que os sujeitos adotam inconscientemente, **o fracasso escolar como problema não se resolve fora das instituições de ensino.**”*

Só com esse trecho já percebemos que a autora considera que o problema do fracasso escolar não se resolve com medicamentos ou intervenções psicológicas, e sim com a **implicação das instituições de ensino.**

A resposta é **Letra D**, um elemento que não está centrado nos fatores internos de crianças e adolescentes, pois **as instituições em que estão inseridas devem igualmente ser implicadas e responsabilizadas.**

27. (Pref Reserva – UNIFIL – 2019) Jean Piaget (1896-1980) é considerado um dos mais importantes pensadores do Século XX. É conhecido como o proponente da ciência denominada de Epistemologia Genética. Baseado nessa teoria, assinale a alternativa incorreta.

a) A teoria parte do pressuposto que o conhecimento é construído por meio da interação com o sujeito com seu meio, a partir de estruturas existentes no sujeito. A construção do conhecimento depende tanto das estruturas cognitivas do sujeito como de sua relação com os objetos e com outras pessoas.

b) No período pré-operatório (de 2 a 7 anos), a criança busca adquirir a habilidade por meio da fala, nomeia objetos e raciocina intuitivamente, mas ainda não consegue coordenar operações fundamentais.

c) O processo ensino-aprendizagem apenas pode ser analisado como uma unidade, pois são lados de uma mesma moeda, onde a relação professor-aluno é um fator determinante. Ambos são sujeitos concretos e historicamente determinados e trazem uma bagagem cultural, experiências que o meio lhes propiciou. Ao ensinar o professor está promovendo o desenvolvimento do aluno e dele próprio.

d) A acomodação é um processo interno que diz respeito da construção de novas estruturas cognitivas que se estabelecem, a partir das estruturas pré-existentes e assim ampliando-as permitindo a assimilação de novos conhecimentos.

COMENTÁRIOS:

a) Certo! A epistemologia genética é uma teoria interacionista, por acreditar que o conhecimento é resultado da interação entre sujeito, com suas estruturas pré-existentes, e seu meio.

b) Certo! Os estágios de Piaget são **sensório motor** (0 a 2 anos), **pré-operatório** (2 a 7 anos), **operatório-concreto** (7 a 11 anos) e **operatório formal** (11 em diante). O descrito pela questão de fato é o estágio pré-operatório.

c) Errado. Em outro contexto, essa poderia ser uma afirmativa correta. Entretanto, ela diz respeito a teoria de **Wallon**, e a questão especifica que está buscando a incorreta sobre a **epistemologia genética, de Piaget**.

d) Certo! Essa é a acomodação, a parte interna da equilibração.

28. (Pref Várzea - EDUCAPB - 2019) A Psicologia Escolar vem ampliando seu escopo de inserção institucional deixando progressivamente de cobrir apenas o trabalho em escolas para incluir esferas mais abrangentes de atuação institucional em contextos diversos. Com a ampliação da pesquisa na área e a oferta de um corpus de ideias produzidas a partir de práxis inerentes ao campo, a Psicologia Escolar tende a se converter em um paradigma abrangente, capaz de fomentar a compreensão e as intervenções significativas em cenários sócios institucionais diversos.

Nesse sentido, classifique como V-(verdadeiros) ou F-(falsos) alguns desafios e implicações das novas realidades inclusivas para prática do psicólogo escolar.

() Potencializar a discussão teórica sobre o tema, que deve traduzir-se em práticas pedagógicas cotidianas alinhadas com as necessidades dos sujeitos e da escola inclusiva.

() Desenvolver novas metodologias de intervenção institucional, com professores, coordenadores e estudantes, metodologias que visem à permanência e o sucesso acadêmico das pessoas com deficiências e previnam a discriminação e o preconceito

() antever novas oportunidades de atuação, em termos de orientação profissional inclusiva, ao estabelecer a ponte entre a escola e a vida dos sujeitos, após a conclusão do ensino médio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) V - V - V
- b) F - V - V
- c) V - F - V
- d) V - F - F
- e) V - V - F

COMENTÁRIOS:

*“Nesse sentido, exploramos alguns desafios e implicações das novas realidades educacionais inclusivas para a prática do psicólogo escolar. Compreendemos que, frente à inclusão, cabe intervir de diferentes formas: (i) **potencializar a discussão teórica sobre o tema**, que deve traduzir-se em práticas **pedagógicas cotidianas alinhadas com as necessidades dos sujeitos** e da escola inclusiva; (ii) **desenvolver novas metodologias de intervenção institucional**, com professores, coordenadores e estudantes, metodologias que visem à permanência e ao sucesso acadêmico das pessoas com deficiências e previnam a discriminação e o preconceito. Da mesma forma, (iii) antevemos **novas oportunidades de atuação, em termos de orientação profissional inclusiva**, ao estabelecer a ponte entre a escola e a vida dos sujeitos, após a conclusão do ensino médio”*

RESPOSTA: A.

29. (SMASDH Cuiabá – IBFC – 2019) É sabido que há uma atuação importante do psicólogo no processo ensino-aprendizagem em contextos escolares, no qual crianças e adolescentes não se desenvolvem contemplativamente, por questões biopsicossociais. Sobre o processo de intervenção do psicólogo nas escolas, assinale a resposta incorreta.

- a) criar espaços para escutar as demandas dos alunos da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas
- b) circular pelos corredores e ambientes fora de sala de aula não se faz necessário, pois análises nesses espaços não interferem nas intervenções
- c) criar formas de reflexão em conjunto com todos os envolvidos (alunos, professores e especialistas) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas
- d) faz-se necessário ouvir os alunos, o que pensam sobre sua escola e sua turma. Isso pode ser feito através de desenhos, entrevistas, ou mesmo que escrevam o que pensam, sentem, como percebem sua turma e sua escola

COMENTÁRIOS:

Essa questão está baseada no seguinte texto de Andrada:

"Possibilidade de intervenção

- *Criar espaços para escutar as demandas dos sujeitos da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas. Faz-se necessário circular pelos corredores, estar atento aos movimentos dos sujeitos.*
- *Criar formas de reflexão em conjunto com todos os sujeitos (alunos, professores e especialistas) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas (Andrada, 2003).*

- *Faz-se necessário ouvir os alunos, o que pensam sobre sua escola e sua turma. Isso pode ser feito através de desenhos, entrevistas, ou mesmo que escrevam o que pensam, sentem, como percebem sua turma e sua escola."*

RESPOSTA: B.

30. (UFMG - UFMG - 2018) Na medida em que o desenvolvimento da Psicologia Educacional no Brasil foi de tamanha importância que possibilitou o avanço de outras áreas, como a Psicologia Organizacional e Clínica no país, é **CORRETO** afirmar que o psicólogo educacional

- a) é o profissional que atua clinicamente dentro das escolas, promovendo intervenções individuais para melhor adaptação do indivíduo ao contexto escolar.
- b) tem o papel de avaliar a inteligência dos alunos e adequá-los ao contexto escolar.
- c) tem, no contexto educacional – escolar ou extraescolar, o foco da sua atenção, assim como nos conhecimentos acumulados pela Psicologia, pela Pedagogia e pela Filosofia da Educação, contribuindo para a superação das indefinições entre Psicologia e Educação.
- d) atua sempre dentro da instituição escolar, assumindo um compromisso teórico e prático com as questões da escola

COMENTÁRIOS:

a) INCORRETA.

O psicólogo educacional não atua apenas dentro de escolas, e sua atuação, apesar de poder envolver também atendimento clínico, é muito mais amplo e abrangente, tendo funções específicas da psicologia educacional. Alternativa **incorreta**

B) INCORRETA. Apesar de, em alguns contextos, poder ser solicitado avaliação psicológica da

inteligência, esse não é o papel do psicólogo educacional, nem o de adequá-los ao contexto escolar. O papel do psicólogo educacional é favorecer o processo de aprendizagem e desenvolvimento..

C) CORRETA. Vamos ver um trecho do capítulo Mediações Teórico-práticas de uma Visão Crítica em Psicologia Escolar, de Elenita Tanamachi, no livro Psicologia e Educação: Desafios teórico-práticos (2002):

*“Psicologia Escolar, definindo-a como uma área de estudo da Psicologia e de atuação/formação profissional do psicólogo, que tem no **contexto educacional** (escolar ou extra-escolar, mas a ele relacionado) o **foco principal de sua atenção** e na revisão crítica dos conhecimentos acumulados pela Psicologia como ciência, pela Pedagogia e pela Filosofia da Educação a possibilidade de contribuir para a **superação das indefinições teórico-práticas** que ainda se colocam nas relações **entre a Psicologia e a Educação.**”*

D) INCORRETA. O psicólogo educacional atua em qualquer lugar, assumindo sempre um compromisso teórico e prático com as questões da escola. Vejamos um trecho do capítulo Psicologia Escolar: Pensamento Crítico e Práticas Profissionais, de Marisa Meira, no livro Psicologia e Educação desafios teórico-práticos (2002):

*“Ao utilizarmos esse termo estamos referindo-nos a uma área atuação da Psicologia e ao exercício profissional do psicólogo q atua no campo educacional e que, para dar conta de inserir criticamente na educação, deve apropriar-se de diferentes elaborações teóricas construídas não apenas no interior da ciência psicológica mas ainda da Pedagogia, Filosofia e Filosofia da Educação, entre outras, de forma a **assumir um compromisso teórico e prático com questões da escola** já que, **independentemente do espaço profissional que possa estar ocupando** (diretamente na escola, em serviços públicos de Educação e saúde, em universidades, clínicas, equipes de assessoria ou de pesquisas etc), ela deve constituir-se em foco principal de reflexão.”*

31. (SEDF - CESPE – 2017)

A respeito da elaboração de procedimentos educacionais diferenciados, julgue o próximo item.

A sustentabilidade do processo inclusivo é responsabilidade exclusiva do professor, visto que a aprendizagem do estudante com necessidades especiais depende diretamente do contato que ele mantém com o professor.

COMENTÁRIOS:

ERRADO

*"A sustentação de um projeto escolar inclusivo implica necessariamente mudanças nas propostas educacionais da maioria de nossas escolas e em uma organização curricular idealizada e executada pelos seus **professores, diretor, pais, alunos, e todos os que se interessam pela educação na comunidade em que a escola se insere.**"*

*MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. **Educação**, n. 49, p. 127-135, 2003.*

32. (SEDF - CESPE – 2017)

A respeito da elaboração de procedimentos educacionais diferenciados, julgue o próximo item.

A organização das salas de aula em que estejam incluídos estudantes com necessidades especiais deve ser preestabelecida de tal modo que a diversidade das experiências de aprendizagem a serem promovidas com eles não interfira no desenvolvimento dos demais estudantes, e vice-versa.

COMENTÁRIOS:

CERTO

Pacheco (2007):

"As abordagens inclusivas convidam todos os alunos a aprenderem dentro do contexto social da sala de aula. Além disso, enquanto as diferenças são valorizadas e vistas como oportunidades, o acesso dos alunos ao currículo é assegurado. Diferentes maneiras podem coexistir na mesma lição, em que as diferenças pessoais e a diversidade dos meios de aprendizagem não se tornam obstáculos. Esses pontos de vista são constatados pela concessão de oportunidades de aprendizagem."

33. (SEDF - CESPE - 2017)

Julgue o próximo item, referente à educação da pessoa com necessidades especiais na aprendizagem.

A competência para atuar com estudantes com necessidades especiais na aprendizagem é definida exclusivamente pela qualificação profissional, inicial e continuada, do professor.

COMENTÁRIOS:

ERRADO

Pletsch (2009).

*"Para tanto, **faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas**, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e*

definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira (NUNES SOBRINHO; NAUJORKS, 2001)."

34. (SEDF - CESPE – 2017) *Julgue o próximo item, referente à educação da pessoa com necessidades especiais na aprendizagem.*

A necessidade de introduzir ou eliminar conteúdos e a flexibilização da carga horária e da temporalidade constituem critérios a serem observados na estruturação do currículo e da proposta pedagógica para estudantes com necessidades especiais na aprendizagem.

COMENTÁRIOS:

CERTO

Leite e Martins (2010).

*"É possível então observar uma tendência mundial para que os **planejamentos educacionais sejam abertos e flexíveis**, no reconhecimento às diferenças dos alunos. Em países como Portugal, Espanha, Áustria e Finlândia, o movimento da educação inclusiva vem ganhando força, no intuito de substituir práticas segregacionistas dirigidas ao segmento de pessoas com deficiência(PACHECO, 2007). "*

35. (SEDF - CESPE – 2017)

Julgue o próximo item, referente à educação da pessoa com necessidades especiais na aprendizagem.

A participação integral dos estudantes com necessidades especiais na aprendizagem depende de um ambiente escolar com oportunidades educacionais, isto é, com professores e equipe educacional preparados e dedicados, prestação de apoio apropriado e disponibilização de recursos especializados.

COMENTÁRIOS:

CERTO

*"Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, **aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.**"*

Claudia Pereira et al. Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2007.

36. (SEDF - CESPE - 2017)

Julgue o próximo item, referente à educação da pessoa com necessidades especiais na aprendizagem.

Um currículo inclusivo deve possibilitar que o estudante com necessidades especiais seja tão autônomo na concretização de sua aprendizagem quanto os demais estudantes.

Nesse sentido, a escola deve oferecer, sem distinção, condições para que os estudantes se adéquem ao ritmo e à dinâmica da aula e dos espaços de aprendizagem já existentes.

COMENTÁRIOS:

ERRADO

Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

"Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial."

3 – LISTA DE QUESTÕES

1. (UFRN – COMPERVE – 2018) Na história da psicologia escolar e educacional no Brasil, é possível situar ao menos dois modelos de atuação do profissional dessa área, um chamado tradicional e outro nomeado emergente.

O modelo de atuação emergente é associado à incorporação de novas concepções e práticas, conferindo ao psicólogo escolar e educacional a responsabilidade de

(A) atuar de forma abrangente, considerando a dimensão psicoeducativa e psicossocial das instituições educacionais, de forma a contribuir para a transformação dos processos educativos e para a melhoria da educação.

(B) posicionar-se como profissional especialista nas questões relativas à subjetividade individual, priorizando intervenções em nível micro e evitando envolver-se com questões institucionais.

(C) intervir de modo generalista devido a sua condição numericamente minoritária no âmbito das instituições educativas, atendendo às demandas explícitas existentes, a fim de minimizar conflitos com os demais membros da instituição.

(D) constituir-se enquanto educador, assumindo essa função de forma indiferenciada em relação aos professores da instituição, uma vez que também lidará prioritariamente com processos de ensino e aprendizagem.

2. (UFRN – COMPERVE – 2018) Na história da psicologia escolar e educacional no Brasil, é possível situar ao menos dois modelos de atuação do profissional dessa área, um chamado tradicional e outro nomeado emergente.

O modelo de atuação tradicional remonta às primeiras inserções da psicologia na educação e tem sido alvo de críticas que visam sua ampliação e transformação. As principais críticas se devem ao fato de tal modelo

(A) focar sua atenção no indivíduo descontextualizado de sua realidade social, preconizando práticas que minimizam a responsabilidade da sociedade e da própria escola no surgimento de problemas escolares.

(B) utilizar as teorias sócio interacionistas como referência preferencial para suas intervenções, as quais são pautadas principalmente na consideração do contexto social, comunitário e familiar dos estudantes.

(C) preocupar-se principalmente com a prevenção de problemas relativos aos processos de ensino e aprendizagem, desconsiderando a resolução de impasses decorrentes de questões individuais e familiares.

(D) enfatizar os aspectos políticos e pedagógicos da escola, referentes à formação continuada dos professores, sem articulá-los à escuta clínica dos discentes e demais membros da comunidade escolar.

3. (PREF. DE MACAPÁ – FCC – 2018) O processo ensino-aprendizagem deve ser analisado como

(A) uma unidade, pois ambos são faces de uma moeda, na qual a relação interpessoal professor-aluno é fator determinante.

(B) um todo concreto e histórico, pois é o meio possível a mestres e alunos de se desenvolverem em termos biológicos e maturacionais.

(C) um recurso secundário para o professor, na medida em que ele não o compreende em razão de sua formação precária.

(D) um aspecto cuja eficácia é duvidosa, na medida em que requer uma maior discussão nos programas de formação de professores.

(E) uma maneira elementar de oferecer aos alunos e aos professores oportunidades de participar em dinâmicas de grupo.

4. (UFC - UFC - 2017) A atuação do psicólogo que prioriza medidas e diagnósticos clínicos foi motivo de controvérsias dentro e fora da Psicologia. As críticas às práticas psicológicas realizadas no contexto escolar questionavam a visão reducionista do indivíduo e dos processos que ocorre no contexto escolar/educacional. Patto (2004), identificou que a Psicologia Escolar não poderia se ocupar mais com teorias que reproduzissem o *status quo* e não considerassem a dimensão social da escola. A partir dessa formulação é **incorreto** afirmar que:

(A) A dimensão crítica da psicologia escolar não ajudou a questionar processos, práticas e ideologias que referendam e contribuem para o desenvolvimento do fracasso escolar.

(B) A ideia de melhor aprendizagem estava diretamente associada à possibilidade de classificação do aluno, uma vez que a partir desta, poderia-se auxiliá-lo em seu desempenho.

(C) O psicólogo escolar era tido como um psicometrista que avaliava as crianças indicando em que áreas apresentavam dificuldades. Sua atuação apresentava um caráter clínico-terapêutico.

(D) Entre as tarefas do psicólogo escolar encontra-se o trabalho interdisciplinar e integrado aos contextos educacionais, que pode ser desenvolvido em diferentes níveis, como promoção, prevenção e tratamento.

(E) O psicólogo deve se ocupar tanto com a prevenção quanto com a promoção do desenvolvimento dos indivíduos envolvidos no processo educativo, atento à integração da aprendizagem com os diversos contextos em que ocorre.

5. (UFC - UFC - 2017) Acerca da inserção da psicologia como teoria e prática no campo educacional, marque a alternativa **incorreta**.

- (A) No mundo ocidental, o aparecimento da psicologia na educação escolar é coetâneo ao surgimento da psicologia científica.
- (B) Hoje é unânime no campo da psicologia da educação, que o conhecimento e a prática da psicologia clínica não podem contribuir para o entendimento e tratamento das queixas escolares.
- (C) A demanda de adaptação à ordem social da sociedade industrial capitalista, mediante a seleção e orientação na escola está na origem da psicologia escolar, no Ocidente.
- (D) A ideia de que é possível classificar os sujeitos conforme uma medida objetiva de capacidade intelectual é uma das vias centrais para o surgimento da psicologia no campo da educação.
- (E) Durante o século XX no Ocidente, a oposição entre indivíduo e sociedade foi uma noção fundamental na contribuição da psicologia para individualizar os problemas escolares ora no aluno (e sua família) ora no professor.

6. (UFPA - UFPA - 2018) A forma de atuação do psicólogo escolar sofreu diversas alterações ao longo da história, não só do ponto de vista do tipo de atividade desenvolvida como da concepção de homem e de educação com a qual este profissional trabalha (Martinez, 2010). Na atualidade, tem-se buscado uma relação cada vez mais próxima entre a instituição escolar como um todo e a inserção do profissional de psicologia. Configuram-se como ações pertinentes ao psicólogo escolar:

- (A) Atendimento psicoterápico; orientação profissional; intervenção psicopedagógica.
- (B) Colaboração na avaliação de resultados de processos de aprendizagem; formação de professores; elaboração de provas.
- (C) Realização de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral do discente; fiscalização da implementação de políticas públicas; realizar pesquisas.
- (D) Desenvolvimento de planos de carreira; levantamento de informações para instrumentalizar a individualização do ensino; sensibilização da comunidade acadêmica ante a inclusão escolar.

(E) Avaliação psicopedagógica; mapeamento de demandas institucionais; acompanhamento da construção da proposta pedagógica.

7. (IFF – CESPE – 2018) No que tange à psicologia escolar e ao psicólogo que atua nesse campo, assinale a opção correta.

(A) É vedado ao psicólogo escolar a aplicação de conhecimentos psicológicos concernentes ao processo ensino-aprendizagem.

(B) Entre outras atribuições, cabe ao psicólogo escolar auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais.

(C) A atuação do psicólogo escolar limita-se ao ambiente no qual está inserido, ficando à cargo da direção a integração família – comunidade – escola.

(D) É vedado ao psicólogo escolar elaborar diagnóstico de crianças com suspeita de dificuldades de aprendizagem.

(E) É vedado ao psicólogo escolar elaborar diagnóstico de crianças com suspeita de dificuldades de aprendizagem.

8. (IF/SC – IF/SC – 2017) Analise as informações a seguir sobre a atuação do psicólogo no ambiente escolar, em uma perspectiva crítica, e marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas:

() As práticas sociais e escolares influenciam diretamente no resultado do processo de ensino e aprendizagem.

() As relações institucionais não sofrem interferência do contexto social e histórico do qual faz parte a escola. Por isso, a análise das práticas escolares não deve levá-las em consideração.

() No diálogo com os educadores, a(o) psicóloga(o) pode elaborar atividades que contribuam para uma compreensão dos elementos constituintes do processo de ensino e aprendizagem, em suas diferentes dimensões.

() Desenvolver ações que busquem o enfrentamento de situações naturalizadas no contexto escolar, superando explicações que culpabilizam ora estudantes, ora família, ora professores, é uma das possibilidades de atuação do psicólogo.

() É fundamental centrar-se no aluno, principalmente naquilo que ele não consegue realizar, ao avaliar as dificuldades no processo de escolarização.

Assinale a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de cima para baixo.

(A) V, F, V, V, F

(B) V, V, V, V, V

(C) V, F, V, V, V

(D) F, V, F, V, V

(E) V, V, F, V, V

9. (UTFPR – UTFPR – 2017) Um dos objetivos da obra “Psicologia Escolar: práticas críticas” é problematizar a relação psicologia-escola. Com base nas leituras realizadas, apresentam-se as seguintes sentenças:

I) O ensino e aprendizagem são práticas importantes de serem construídas coletivamente.

II) O trabalho do psicólogo no contexto escolar, por meio dos relatórios e encaminhamentos, contribui muitas vezes para uma possível impotência, bem como culpabilização dos que não seguem o que foi sugerido/encaminhado.

III) A partir do acompanhamento escolar, o psicólogo deveria, no que diz respeito à avaliação psicológica, trocar o enfoque de “avaliar alguém” por “avaliar um campo de força”.

Está(ão) correta(s):

(A) apenas I.

(B) apenas I e II.

(C) apenas II.

(D) apenas III.

(E) I, II e III.

10. (IFRN – IFRN – 2014) Os estudos atuais da psicologia escolar revelam que o fracasso escolar deve ser analisado de forma multicausal, possuindo influências de diversos elementos sociais, institucionais, emocionais, entre outros. Sobre o tema, é correto afirmar que

(A) o psicólogo escolar deve estar atento ao contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno está inserido para que possa compreender suas relações no processo ensino-aprendizagem.

(B) o psicólogo escolar deve estar atento ao papel da escola na facilitação do fracasso escolar, trabalhando focado nas dificuldades de aprendizagem do aluno.

(C) o psicólogo escolar deve compreender as relações políticas e sociais vigentes, esclarecendo que muitas vezes o aluno não aprende porque tem problemas familiares.

(D) o psicólogo escolar deve atuar de forma preventiva, criando espaços para o atendimento psicoterápico de problemas emocionais dos alunos e, assim, evitando as situações de fracasso escolar.

11. (UFRN – COMPERVE – 2018) Alysson era um estudante avaliado por seus professores como agitado, agressivo e com dificuldades nas relações com os colegas. Havia comentários de que seu pai era usuário de drogas e que seu ambiente familiar era perpassado por situações de violência. Apesar das boas notas, seus comportamentos, tidos como indisciplinados, causavam mal-estar em sala de aula, em especial nas interações professor-aluno.

Uma das possibilidades de atuação do psicólogo escolar e educacional é a intervenção diante do que é considerado como indisciplina em contextos educativos. Considerando a produção científica da psicologia escolar e educacional a esse respeito, a ação do psicólogo deve ser primeiramente:

(A) chamar a família de Alysson à escola a fim de relatar os comportamentos do estudante, perguntar abertamente sobre as situações de violência no ambiente familiar e encaminhar a situação para o conselho tutelar.

(B) analisar o contexto em que Alysson está inserido na perspectiva de compreender as relações estabelecidas pelos estudantes entre si e destes com os professores e com a instituição, pois todos estão implicados na situação e podem contribuir para transformá-la.

(C) convocar Alysson para realizar testes psicométricos capazes de averiguar traços de personalidade e fazer o diagnóstico diferencial entre transtorno de personalidade antissocial e transtorno de personalidade narcisista..

(D) propor uma reunião com os professores e estudantes que convivem com Alysson para instruir como estes devem proceder diante dos comportamentos de Alysson, na perspectiva de promover a disciplina em todos os níveis da instituição.

12. (UFRRN – COMPERVE – 2018) Alysson era um estudante avaliado por seus professores como agitado, agressivo e com dificuldades nas relações com os colegas. Havia comentários de que seu pai era usuário de drogas e que seu ambiente familiar era permeado por situações de violência. Apesar das boas notas, seus comportamentos, tidos como indisciplinados, causavam mal-estar em sala de aula, em especial nas interações professor-aluno.

Considerando que o psicólogo escolar e educacional pode desempenhar um papel importante na formação continuada de professores, a intervenção desse profissional junto aos docentes que lecionam na turma de Alysson deve consistir em:

(A) orientar a realização de um trabalho individualizado com Alysson, uma vez que esse aluno apresenta peculiaridades que impedem a utilização das práticas pedagógicas adotadas com os demais estudantes, exigindo, nesse caso, um olhar mais clínico.

(B) promover capacitações para a adoção de estratégias de resolução de conflitos validadas cientificamente, a fim de erradicar as relações conflituosas existentes em sala de aula e centralizar o ensino no desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

(C) propiciar reflexões sobre estratégias para mediar os conflitos que surgem em sala de aula, com vistas ao estabelecimento de relações baseadas no diálogo e no respeito às diferentes formas de expressão, favorecendo assim a aprendizagem.

(D) propor que seja feita uma reunião entre a equipe de professores e a família de Alysso, no intuito de avaliar as condições cognitivas e emocionais desse estudante, viabilizando, assim, um encaminhamento para psicoterapia individual ou familiar.

13. (UFRN – COMPERVE – 2018) Desde o surgimento da psicologia escolar e educacional, o fenômeno denominado de fracasso escolar constituiu-se como objeto de estudo privilegiado dessa área. Nesse contexto, Maria Helena de Souza Patto, pesquisadora com estudos consagrados na área, analisa que para compreender a gênese dessa problemática, é necessário considerar

(A) a precariedade das condições sociais de crianças e adolescentes que, devido às privações sofridas, são incapazes de aprender.

(B) a influência de teorias eugenistas e da teoria da carência cultural, as quais marcaram o início das práticas psicológicas na educação no Brasil.

(C) o contexto familiar que desvaloriza os saberes escolares e desacredita na educação formal como meio de ascensão social.

(D) o aspecto hereditário, uma vez que diversos transtornos de aprendizagem têm causas genéticas e congênitas.

14. (MARINHA – MARINHA – 2018) Bock (2006) descreveu um programa de orientação profissional, desenvolvido em três unidades. Sendo assim, assinale a opção que apresenta os módulos I, II e III, respectivamente.

(A) Módulo I - trabalho; módulo II - significado da escolha profissional; módulo III - autoconhecimento e informação profissional.

- (B) Módulo I - avaliação inicial, por meio de bateria de testagem psicológica; módulo II - trabalho; módulo III - autoconhecimento e informação profissional.
- (C) Módulo I - significado da escolha profissional; módulo II - avaliação inicial, por meio de bateria de testagem psicológica; módulo III - autoconhecimento e informação profissional.
- (D) Módulo I - significado da escolha profissional; módulo II - trabalho; módulo III - autoconhecimento e informação profissional.
- (E) Módulo I - significado da escolha profissional; módulo II - autoconhecimento e informação profissional; módulo III - mercado de trabalho.

15. (MARINHA - MARINHA - 2017) O programa de Orientação Profissional elaborado por Bock (2006) e colaboradores é desenvolvido em 3 módulos. Como é caracterizada a segunda sessão do módulo 1?

- (A) Abordagem da relação gênero e escolha e a relação do desempenho escolar com a escolha.
- (B) Dedicção total à apresentação de como o programa é desenvolvido e ao mútuo conhecimento dos membros do grupo.
- (C) Colocação de três temas em pauta: o mercado de trabalho, os meios de comunicação e o vestibular.
- (D) Início do processo de informação profissional. Apresenta-se o jogo de fichas das profissões, que se constitui de mais de cem fichas com o nome das profissões.
- (E) Atividade de autoconhecimento por meio de estratégia grupal. O procedimento utilizado tem o nome de “atividade de lã”.

16. (MARINHA - MARINHA - 2014) Segundo Bock {2006}, na proposta de orientação profissional sócio-histórica, o ponto de partida da escolha profissional é :

- (A) a mensuração das aptidões do indivíduo.
- (B) o diagnóstico do indivíduo a partir de sua história de vida.
- (C) a identificação do padrão de personalidade.

(D) a imagem construída pela pessoa em relação à profissão.

(E) a compreensão do contexto social em que está inserido o sujeito.

17. (DPE/RJ – FGV – 2019) Em relação ao trabalho de Piaget sobre o desenvolvimento infantil, analise as afirmativas a seguir.

I. Todas as crianças passam pelos quatro estágios de desenvolvimento na mesma ordem, mas algumas o fazem com maior rapidez.

II. Esquemas são categorias mentais que organizam a experiência, com base em ações na infância e em propriedades abstratas na adolescência.

III. O estágio sensório-motor se estende do nascimento até os dois anos, em que se progride das ações reflexas para o processamento simbólico.

Está correto o que se afirma em:

(A) somente I;

(B) somente II;

(C) somente I e II;

(D) somente II e III;

(E) I, II e III.

18. (MPE/AL – FGV – 2018) Assinale a opção que indica como é conhecida a Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget.

(A) Gestaltismo.

(B) Associacionismo.

(C) Construtivismo.

(D) Behaviorismo

(E) Psicologia histórico-cultural.

19. (MPE/AL – FGV – 2018) Mateus, 4 anos, ganhou um quebra-cabeças de seu pai, Gustavo e, juntos, montaram todo o jogo. O menino montou praticamente todas as peças, mas o pai o auxiliou em alguns momentos, encaixando corretamente uma peça ou encontrando a que a criança necessitava. Caso Mateus estivesse montando o quebra-cabeças sozinho, dificilmente conseguiria fazê-lo.

Assinale a opção que, segundo Vygotsky, define a diferença entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que é capaz de fazer com ajuda.

(A) Discurso privado.

(B) Aprendizado colaborativo.

(C) Jornada acompanhada.

(D) Zona de desenvolvimento proximal.

(E) Discurso interno.

20. (COLÉGIO PEDRO II – COLÉGIO PEDRO II – 2017) Henri Wallon postulou estágios do desenvolvimento humano que se assemelham aos de Piaget. Contudo, tem uma lógica diferente, porque esse desenvolvimento é constituído por meio de um processo assistemático e contínuo, em que a criança oscila entre a afetividade e a inteligência.

Os estágios postulados por Wallon são

a) sensório-motor, projetivo, categorial, operatório-formal e adolescência.

b) sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto, lógico-formal e personalismo.

c) impulsivo-emocional, sensório-motor e projetivo, personalismo, categorial e adolescência.

d) impulsivo-emocional, sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto e operatório-formal

21. (COLÉGIO PEDRO II - COLÉGIO PEDRO II - 2017) Leias as assertivas a seguir, relacionadas a contribuições de teóricos da Psicologia do Desenvolvimento:

I. “... entre uma maturação orgânica fornecedora de potencialidades mentais, mas sem uma estruturação psicológica pronta, e uma transmissão social fornecedora dos elementos, bem como do modelo de uma construção possível, mas sem impor essa última em bloco, existe uma construção operatória que traduz em estruturas mentais as potencialidades oferecidas pelo sistema nervoso.”

II. “As necessidades de descrição obrigam a tratar separadamente alguns grandes conjuntos funcionais, o que não deixa de ser um artifício... Os domínios funcionais entre os quais se dividirão o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa.”

III. “A mais importante e a mais fundamental das leis que explicam a gênese, e para a qual nos conduz o estudo das funções mentais superiores, poderia ser expressa assim: cada exemplo de conduta semiótica da criança era, anteriormente, uma forma de colaboração social e é por isso que o comportamento semiótico, mesmo nos estágios mais avançados do desenvolvimento, permanece como um modo de funcionamento social.”

Os autores das frases são, respectivamente,

- a) Piaget, Wallon e Vygotsky.
- b) Ariés, Vygotsky e Piaget.
- c) Wallon, Ariés e Vygotsky.
- d) Vygotsky, Piaget e Wallon.

22. (Pref Itapevi – VUNESP – 2019) Jean Piaget considera que a estruturação do sujeito sofre influência de alguns fatores. De acordo com a perspectiva do autor, o fator mais importante nesse processo é a

- a) interação social.
- b) maturação nervosa.
- c) exercício repetitivo.
- d) equilibração.
- e) experiência adquirida.

23. (Pref Tapejara – FUNDATEC – 2019) De acordo com a revisão teórica de Souza (2011) sobre as relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico e o posicionamento de grandes autores da Psicologia, relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1

- 1. Vygotsky.
- 2. Piaget.
- 3. Henri Wallon.

Coluna 2

- () O afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. No entanto, não é uma condição suficiente.
- () A emoção organiza a vida psíquica inicial e antecede as primeiras construções cognitivas.
- () As emoções podem inicialmente criar operações cognitivas que permitirão a construção do conhecimento.

() A razão teria a capacidade de controlar as emoções mais primitivas, graças ao domínio dos instrumentos culturais, em especial a linguagem.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) 2 - 3 - 3 - 1.
- b) 3 - 1 - 3 - 2.
- c) 2 - 3 - 2 - 1.
- d) 3 - 2 - 3 - 1.
- e) 2 - 3 - 1 - 2.

24. (Pref Conceição - CONTEMAX - 2019) Foi a partir da década de 1980 do século XX que se iniciou um movimento de análise crítica da atuação do psicólogo escolar, a fim de que fosse possível a consideração dos processos desenvolvidos na instituição escolar. Os “problemas de aprendizagem” passaram a ser vistos como um fenômeno complexo, constituído socialmente, cuja análise deve abarcar os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais. Bock, Furtado e Teixeira (2000) acrescenta que, para os psicólogos que adotam uma postura sócio-histórica, o fenômeno psicológico é também construído a partir das relações do homem numa topografia e sociedade específicos num momento histórico específico.

Em relação à Psicologia Escolar no que se refere a sua mudança de paradigma voltado agora para o aluno como centro e considerando a perspectiva crítica, analise as afirmativas e marque a CORRETA.

a) A educação e, mais especificamente, a educação escolar são compreendidas como instâncias fundamentais no processo de socialização do conhecimento produzido pela humanidade. E, por conseguinte, as relações escola sociedade devem ser “pensadas por contradição”, no sentido de

que “se o fato educativo é um político e um social, conseqüentemente, é também verdadeiro que toda situação política e social determina sensivelmente a educação” numa dialética que busca romper paradigmas e avançar numa política educacional inclusiva e eficiente.

b) Quando analisamos o fenômeno educacional, é fundamental levarmos em conta que a realidade educacional é determinada por dois fatores o econômico e político. Ao psicólogo é lançado o desafio de atuar e refletir politicamente com os indivíduos para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade, abstendo-se de adentrar de seu contexto social.

c) O rompimento com o modelo clínico de atuação não implica, em romper com a separação entre as atividades de ensino que seriam responsabilidade do professor e o comportamento dos alunos, que por sua vez seriam responsabilidade do psicólogo, cada um tem seu papel na construção dos saberes no contexto escolar.

d) A Escola é um espaço complexo que restringe o profissional de criar espaços de reflexões com todos os grupos que fazem parte da escola, famílias e aluno, professores, pedagogos, funcionários e comunidade.

e) O mais importante é que ele se insira na educação, assumindo um compromisso teórico e prático com as questões exclusivas da escola, que é o seu foco de atenção, atendendo as demandas dos alunos quando necessário.

25. (Campinas – VUNESP – 2019) Uma das concepções básicas da teoria de Vygotsky enfatiza que o educador deve concentrar seu interesse em compreender, no curso do desenvolvimento,

a) os conceitos adquiridos pelos seus alunos, independentemente do contexto cultural.

b) a posição que os seus alunos já conseguiram atingir no percurso escolar previsto.

c) o momento evolutivo de seus alunos, para não solicitá-los além de seus limites.

d) a emergência do que é novo nas trajetórias de aprendizagem de seus alunos.

e) as atividades que seus alunos já são capazes de realizar por si mesmos.

26. (CP II – CP II – 2019) O tema do fracasso escolar, entendido como repetência, evasão escolar ou distúrbio de aprendizagem, vem sendo amplamente debatido nos campos da Psicologia e da Educação. O fracasso escolar, na contingência de nossa temporalidade, desafia tanto psicólogos quanto educadores que tentam dizer algo sobre o seu funcionamento. A psicanalista Ruth Cohen publicou diversos trabalhos sobre o tema, a fim de elucidar a lógica do fracasso escolar em uma perspectiva multidisciplinar.

Para a pesquisadora, o fracasso escolar deve ser entendido como

- a) um tipo de distúrbio ou transtorno que deve ser corrigido, muitas vezes, à custa de medicamentos.
- b) um sintoma que se expressa por meio de mecanismos inibitórios, em face dos quais trabalhar a vertente transferencial entre o professor e o estudante não basta.
- c) uma conjunção de fatores internos inconscientes de crianças e adolescentes, de modo que estes precisam ser responsabilizados e acolhidos, sendo necessária a intervenção de um psicólogo.
- d) um elemento que não está centrado nos fatores internos de crianças e adolescentes, pois as instituições em que estão inseridas devem igualmente ser implicadas e responsabilizadas

27. (Pref Reserva – UNIFIL – 2019) Jean Piaget (1896-1980) é considerado um dos mais importantes pensadores do Século XX. É conhecido como o proponente da ciência denominada de Epistemologia Genética. Baseado nessa teoria, assinale a alternativa incorreta.

- a) A teoria parte do pressuposto que o conhecimento é construído por meio da interação com o sujeito com seu meio, a partir de estruturas existentes no sujeito. A construção do conhecimento

depende tanto das estruturas cognitivas do sujeito como de sua relação com os objetos e com outras pessoas.

b) No período pré-operatório (de 2 a 7 anos), a criança busca adquirir a habilidade por meio da fala, nomeia objetos e raciocina intuitivamente, mas ainda não consegue coordenar operações fundamentais.

c) O processo ensino-aprendizagem apenas pode ser analisado como uma unidade, pois são lados de uma mesma moeda, onde a relação professor-aluno é um fator determinante. Ambos são sujeitos concretos e historicamente determinados e trazem uma bagagem cultural, experiências que o meio lhes propiciou. Ao ensinar o professor está promovendo o desenvolvimento do aluno e dele próprio.

d) A acomodação é um processo interno que diz respeito da construção de novas estruturas cognitivas que se estabelecem, a partir das estruturas pré-existentes e assim ampliando-as permitindo a assimilação de novos conhecimentos.

28. (Pref Várzea - EDUCAPB - 2019) A Psicologia Escolar vem ampliando seu escopo de inserção institucional deixando progressivamente de cobrir apenas o trabalho em escolas para incluir esferas mais abrangentes de atuação institucional em contextos diversos. Com a ampliação da pesquisa na área e a oferta de um corpus de ideias produzidas a partir de práxis inerentes ao campo, a Psicologia Escolar tende a se converter em um paradigma abrangente, capaz de fomentar a compreensão e as intervenções significativas em cenários sócios institucionais diversos.

Nesse sentido, classifique como V-(verdadeiros) ou F-(falsos) alguns desafios e implicações das novas realidades inclusivas para prática do psicólogo escolar.

() Potencializar a discussão teórica sobre o tema, que deve traduzir-se em práticas pedagógicas cotidianas alinhadas com as necessidades dos sujeitos e da escola inclusiva.

() Desenvolver novas metodologias de intervenção institucional, com professores, coordenadores e estudantes, metodologias que visem à permanência e o sucesso acadêmico das pessoas com deficiências e previnam a discriminação e o preconceito

() antever novas oportunidades de atuação, em termos de orientação profissional inclusiva, ao estabelecer a ponte entre a escola e a vida dos sujeitos, após a conclusão do ensino médio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) V - V - V
- b) F - V - V
- c) V - F - V
- d) V - F - F
- e) V - V - F

29. (SMASDH Cuiabá – IBFC – 2019) É sabido que há uma atuação importante do psicólogo no processo ensino-aprendizagem em contextos escolares, no qual crianças e adolescentes não se desenvolvem contemplativamente, por questões biopsicossociais. Sobre o processo de intervenção do psicólogo nas escolas, assinale a resposta incorreta.

- a) criar espaços para escutar as demandas dos alunos da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas
- b) circular pelos corredores e ambientes fora de sala de aula não se faz necessário, pois análises nesses espaços não interferem nas intervenções
- c) criar formas de reflexão em conjunto com todos os envolvidos (alunos, professores e especialistas) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas

d) faz-se necessário ouvir os alunos, o que pensam sobre sua escola e sua turma. Isso pode ser feito através de desenhos, entrevistas, ou mesmo que escrevam o que pensam, sentem, como percebem sua turma e sua escola

30. (UFMG - UFMG - 2018) Na medida em que o desenvolvimento da Psicologia Educacional no Brasil foi de tamanha importância que possibilitou o avanço de outras áreas, como a Psicologia Organizacional e Clínica no país, é CORRETO afirmar que o psicólogo educacional

a) é o profissional que atua clinicamente dentro das escolas, promovendo intervenções individuais para melhor adaptação do indivíduo ao contexto escolar.

b) tem o papel de avaliar a inteligência dos alunos e adequá-los ao contexto escolar.

c) tem, no contexto educacional – escolar ou extraescolar, o foco da sua atenção, assim como nos conhecimentos acumulados pela Psicologia, pela Pedagogia e pela Filosofia da Educação, contribuindo para a superação das indefinições entre Psicologia e Educação.

d) atua sempre dentro da instituição escolar, assumindo um compromisso teórico e prático com as questões da escola

31. (SEDF - CESPE - 2017)

A respeito da elaboração de procedimentos educacionais diferenciados, julgue o próximo item.

A sustentabilidade do processo inclusivo é responsabilidade exclusiva do professor, visto que a aprendizagem do estudante com necessidades especiais depende diretamente do contato que ele mantém com o professor.

32. (SEDF - CESPE - 2017)

A respeito da elaboração de procedimentos educacionais diferenciados, julgue o próximo item.

A organização das salas de aula em que estejam incluídos estudantes com necessidades especiais deve ser preestabelecida de tal modo que a diversidade das experiências de aprendizagem a serem promovidas com eles não interfira no desenvolvimento dos demais estudantes, e vice-versa.

33. (SEDF - CESPE - 2017)

Julgue o próximo item, referente à educação da pessoa com necessidades especiais na aprendizagem.

A competência para atuar com estudantes com necessidades especiais na aprendizagem é definida exclusivamente pela qualificação profissional, inicial e continuada, do professor.

34. (SEDF - CESPE - 2017) Julgue o próximo item, referente à educação da pessoa com necessidades especiais na aprendizagem.

A necessidade de introduzir ou eliminar conteúdos e a flexibilização da carga horária e da temporalidade constituem critérios a serem observados na estruturação do currículo e da proposta pedagógica para estudantes com necessidades especiais na aprendizagem.

35. (SEDF - CESPE - 2017)

Julgue o próximo item, referente à educação da pessoa com necessidades especiais na aprendizagem.

A participação integral dos estudantes com necessidades especiais na aprendizagem depende de um ambiente escolar com oportunidades educacionais, isto é, com professores e equipe educacional preparados e dedicados, prestação de apoio apropriado e disponibilização de recursos especializados.

36. (SEDF - CESPE - 2017)

Julgue o próximo item, referente à educação da pessoa com necessidades especiais na aprendizagem.

Um currículo inclusivo deve possibilitar que o estudante com necessidades especiais seja tão autônomo na concretização de sua aprendizagem quanto os demais estudantes.

Nesse sentido, a escola deve oferecer, sem distinção, condições para que os estudantes se adéquem ao ritmo e à dinâmica da aula e dos espaços de aprendizagem já existentes.

4 – GABARITO

1. A
2. A
3. A
4. A
5. B
6. E
7. B
8. A
9. E
10. A
11. B
12. C
13. B
14. D
15. C
16. D
17. E
18. C
19. D
20. C
21. A
22. D
23. A
24. A
25. D
26. D
27. C
28. A
29. B
30. C
31. E
32. C
33. E
34. C
35. C
36. E

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.